

CARTILHA TEMÁTICA

INDÚSTRIA TÊXTIL – CONFECÇÃO

TRANSIÇÃO justa no SETOR financeiro

Setembro, 2026



Transição Justa no Setor Financeiro | Cartilha temática – Infraestrutura urbana

Publicado por Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH Headquarters:
Bonn e Eschborn

GIZ Agência Brasília

SCN Quadra 01 Bloco C Sala 1501 Ed. Brasília Trade Center 70.711-902 Brasília/DF

T + 55-61-2101-2170 | giz-brasilien@giz.de | www.giz.de/brasil

Autores

Tatiana Assali, Rachel Besso,
Guilherme Teixeira, Rafael Guerrero,
Marina Ramos, Paola Lemes e Dayany
Martins

Coordenação

ABDE: Eduardo Djanikian
GIZ: Gustavo de Melo Ribeiro,
Carolina Vivaldi

Projeto Gráfico e Diagramação

Luciano Mendes

Apoio e revisão técnica

Ministério da Fazenda: Matias
Cardomingo

ILO: Fernando Messineo

Libano Aguinaldo Maciente,
Antonio Rodriguez Ibarra

GIZ: Christine Majowski, Alana
Stankiewicz Peters, Vitória
Souza, Tomas Rosenfeld

ABDE: Paula Verlangeiro
Vieira, Tamilly Brito, Luiza
Nascimento

UNEP FI: Joana Pedro, Paula
Peirao, David Batista De Paula

O projeto Finanças Brasileiras Sustentáveis (FiBraS) II faz parte da Cooperação Brasileira-Alemã para o Desenvolvimento Sustentável e é implementado pela *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH* em parceria com o Ministério da Fazenda (MF), com fundos do Ministério Federal Alemão para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (BMZ). O projeto visa apoiar o sistema financeiro do Brasil no processo de alinhamento com a sustentabilidade social, ambiental, climática e econômica. Opera em três componentes:

1. Fortalecer questões sociais, ambientais e relacionadas à sustentabilidade climática nas políticas públicas para o sistema financeiro brasileiro;
2. Aprofundar a integração dos aspectos sociais, ambientais e relacionados à sustentabilidade climática nos processos regulatórios e de supervisão do sistema financeiro nacional;
3. Disseminar conhecimento prático sobre instrumentos, produtos e serviços em financiamento sustentável no sistema financeiro brasileiro.

Disclaimer

Todas as indicações, dados e resultados deste estudo foram compilados e cuidadosamente revisados pelas autoras e pelos autores. Apesar disso, podem ocorrer erros com relação ao conteúdo. Dessa forma, nem a GIZ ou essas autoras e autores podem ser responsabilizadas/os por qualquer reivindicação, perda ou prejuízo, direto ou indireto, resultante do uso ou da confiança depositada sobre as informações contidas neste estudo que sejam, direta ou indiretamente, resultante dos erros, imprecisões ou omissões de informações.





CARTILHA TEMÁTICA

Transição Justa no **Setor Financeiro**

INDÚSTRIA TÊXTIL
CONFECÇÃO





01	INTRODUÇÃO	05
02	TRANSIÇÃO JUSTA NO SISTEMA NACIONAL DE FOMENTO (SNF)	08
03	ARCABOUÇO ORIENTADOR PARA TRANSIÇÃO JUSTA NAS IFS	13
04	TRANSIÇÃO JUSTA NO FINANCIAMENTO DA INDÚSTRIA TÊXTIL	17
4.1	PERFIL DO SETOR E PRINCIPAIS DESAFIOS PARA A TRANSIÇÃO	18
4.2	INTEGRANDO A TRANSIÇÃO JUSTA EM PRODUTOS FINANCEIROS PARA O SEGMENTO DE CONFECÇÃO NA INDÚSTRIA TÊXTIL	24
	Pilar 1: Fundamentos	26
	Pilar 2: Governança	31
	Pilar 3: Negócios	35
	Pilar 4: Engajamento	39
	Pilar 5: Monitoramento E Reporte	41
	REFERÊNCIAS	45
	ANEXO 1 – ARCABOUÇO PARA INCORPORAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DE TRANSIÇÃO JUSTA	49



01

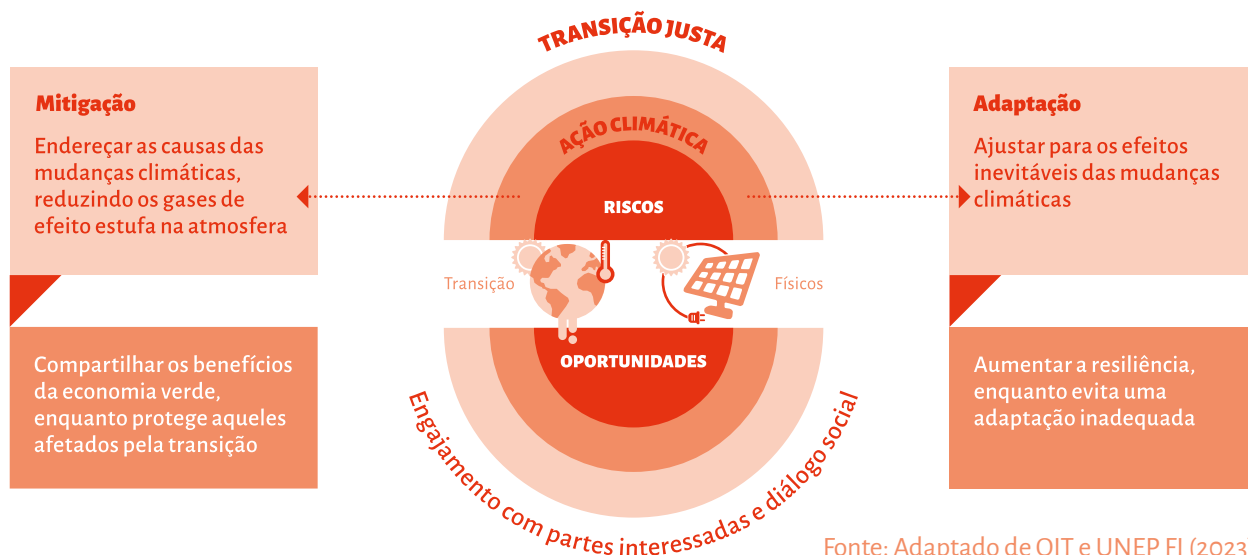
INTRODUÇÃO



A crise climática é também uma crise social (UNEP FI, 2025). À medida que os efeitos das mudanças climáticas se tornam mais críticos e materiais, urge a necessidade de criar soluções que coloquem as pessoas e os grupos afetados pela transição no centro dos debates e decisões sobre os processos de transformação (UNEP FI, 2025; UNFCCC-KCI, 2025). A Transição Justa, neste contexto, é definida como o processo de movimentação para uma economia de baixo carbono e ambientalmente sustentável que seja equitativa e inclusiva, procurando maximizar as oportunidades sociais e econômicas da ação climática, ao mesmo tempo que minimiza e gere cuidadosamente quaisquer desafios inerentes a essa transformação (UNFCCC-KCI, 2025). O conceito visa garantir que ninguém seja deixado para trás ou empurrado para trás durante a transição para uma economia e sociedade de baixo carbono (OIT, 2015).

A importância da Transição Justa está na constatação de que as repercussões adversas das mudanças climáticas e das ações de mitigação e adaptação são distribuídas de forma desigual entre países, setores produtivos, grupos sociais e territórios (OIT e UNEP FI, 2023). A expressão Transição Justa busca abordar especificamente o problema crítico das mudanças climáticas e a necessidade de ação, focando na distribuição de riscos e oportunidades (Figura 1).

FIGURA 1 – TRANSIÇÃO JUSTA



O preâmbulo do Acordo de Paris, firmado em 2015 na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP21), reconhece a importância de realizar uma Transição Justa com ênfase em empregos dignos e de qualidade e a imperatividade da transição da força de trabalho ([UNFCCC, 2015](#)). Na COP27, em 2022, as Nações Unidas estabeleceram o *Just Transition Work Programme* (JTWP), ou Grupo de Trabalho sobre Transição Justa em tradução livre para o português. O JTWP formalizou um compromisso de incorporar equidade e proteção social na implementação das políticas climáticas e estabeleceu espaços para a troca de conhecimentos sobre Transição Justa ([GI-ESCR, 2025](#)). Mais recentemente, durante a COP30 realizada em Belém em novembro de 2025, a Transição Justa ganhou ainda mais tração com a discussão sobre o desenvolvimento de um mecanismo global para a Transição Justa ([CLIMATE ACTION NETWORK, 2025](#)).

02

TRANSIÇÃO JUSTA NO SISTEMA NACIONAL DE FOMENTO (SNF)





Um estudo conduzido pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) em 2024 concluiu que é necessário um fluxo financeiro estimado entre 215 e 284 bilhões de dólares para alcançar os compromissos climáticos estabelecido pelos países da região ([DE MIGUEL et al., 2024](#)). Neste cenário, o sistema financeiro apresenta um papel crucial e central em viabilizar a transição para economias resilientes e de baixo carbono, mobilizando os recursos necessários para a adaptação e mitigação de forma justa ([UNEP FI, 2025](#)).

A literatura recente sobre Transição Justa no sistema financeiro aponta que o processo de descarbonização pode gerar impactos socioeconômicos adversos relevantes, especialmente em setores e regiões intensivos em carbono. O relatório da Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP FI) destaca que a transição pode provocar declínio econômico em atividades carbono-intensivas, com efeitos como perda de empregos, redução da base fiscal e impactos negativos sobre cadeias produtivas e economias locais. Esses efeitos podem ser amplificados por dinâmicas financeiras, na medida em que a reorientação ou retirada de financiamento e seguros afeta diretamente a viabilidade dessas atividades e das regiões que delas dependem ([OIT e UNEP FI, 2023](#)).

De forma complementar, o guia da Organização Internacional do Trabalho (OIT) enfatiza que Instituições Financeiras (IFs) devem identificar, antecipar e mitigar os impactos adversos associados à transição, incluindo desemprego, deterioração das condições de trabalho e disrupções econômicas em comunidades afetadas. Ainda que não trate explicitamente da restrição de crédito, o documento reconhece que as decisões de financiamento são um vetor central da transição climática (Figura 2) e, portanto, podem influenciar a magnitude e a distribuição desses impactos. Assim, reforça-se a necessidade de alinhar a alocação de capital a princípios de inclusão e proteção social, garantindo que a transição para uma economia de baixo carbono ocorra de forma equitativa e sem deixar grupos ou territórios para trás ([OIT, 2022](#)).

FIGURA 2 – O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NA TRANSIÇÃO JUSTA



10

Fonte: Adaptado de [OIT \(2022\)](#)

A transição para uma economia de baixo carbono pode ser excludente e punitiva. Uma abordagem restritiva do crédito pode gerar desemprego, perda de renda e colapso econômico em determinadas regiões, sobretudo em economias fortemente dependentes de atividades intensivas em carbono. Nesse sentido, um processo gradual de transição, participativo e apoiado por instrumentos de mitigação social, como políticas de requalificação profissional, diálogo social e financiamento a novos modelos produtivos sustentáveis, é mais recomendado. ([OIT e UNEP FI, 2023](#)).

Para a aplicação do conceito de Transição Justa no setor financeiro, a OIT desenvolveu, em 2022, um arcabouço estruturado em quatro pilares definidos pela Aliança Financeira de Glasgow para Net Zero (GFANZ) para a construção de planos de transição climática robustos. Os pilares são interdependentes e servem para orientar IFs a integrar considerações sociais, trabalhistas e de direitos humanos em suas estratégias de transição climática. Em cada pilar, a OIT define ações que IFs podem seguir para incorporar a Transição Justa em seus processos internos ([OIT, 2022](#)).

1 Atividades intensivas em carbono são atividades cujo processo produtivo, ou uso do produto resultante, gera altas taxas de emissão de gases do efeito estufa. Alguns exemplos, não exaustivos, são extração e exportação de petróleo, carvão e outros combustíveis fósseis.

FIGURA 3 – ARCABOUÇO PARA INCORPORAÇÃO DA TRANSIÇÃO JUSTA POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS



11

Fonte: Adaptado de [OIT \(2022\)](#)

O primeiro pilar, **Fundamentos**, consiste em compreender as implicações sociais da transição para a economia de baixo carbono e incorporar o compromisso com a Transição Justa nas estratégias corporativas e de neutralidade de carbono. O segundo, **Governança**, assegura o engajamento da alta liderança, a definição de papéis e responsabilidades e a capacitação institucional para conduzir ações coerentes e mensuráveis ([OIT, 2022](#); [OIT e UNEP FI, 2023](#); [UNEP FI, 2025](#)).

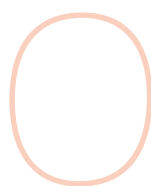
O terceiro pilar, **Implementação**, sugere que IFs podem ofertar produtos financeiros alinhados à Transição Justa a partir da incorporação de critérios sociais na análise de risco e de clientes, da inclusão de cláusulas sociais em contratos e do monitoramento contínuo de impactos e resultados. O quarto, **Engajamento**, enfatiza o diálogo e a cooperação com clientes, comunidades, governos e outros atores financeiros para criar um ambiente favorável à inclusão social, ao trabalho decente e à sustentabilidade territorial.

Por fim, a etapa de **Monitoramento e Reporte** exerce um papel central na consolidação da Transição Justa como prática efetiva nas IFs. Mais do que um componente técnico, essa ação permite transformar princípios e compromissos em evidências concretas sobre como o financiamento climático e de desenvolvimento afeta pessoas, economias locais e territórios. Em conjunto, essas cinco ações compõem um ciclo contínuo que transforma a estratégia institucional em práticas concretas, promovendo uma transição climática que seja ambientalmente eficaz e socialmente equitativa. O arcabouço e as ações que o compõe foram refinados ao longo dos últimos anos por meio de outras publicações sobre o tema de Transição Justa no setor financeiro ([OIT e UNEP FI, 2023](#); [UNEP FI, 2025](#)).

03

ARCABOUÇO ORIENTADOR PARA TRANSIÇÃO JUSTA NAS IFS





Arcabouço detalhado no Anexo 1 tem como objetivo facilitar o entendimento e a aplicação, no contexto brasileiro, dos aspectos da Transição Justa nas operações, produtos e políticas das IFs brasileiras. O Arcabouço segue a estrutura e o passo-a-passo apresentados na publicação “Just Transition Finance Pathways for Banking and Insurance” (OIT e UNEP FI, 2023) com pequenas adaptações para o contexto nacional. O Arcabouço foi construído seguindo a mesma estrutura de cinco pilares: Fundamentos da Transição Justa; Governança, Negócios, Engajamento e Monitoramento e Reporte (Tabela 1).

Buscando a adequação das questões levantadas nas metodologias consultadas à realidade brasileira, e assim tornando o arcabouço uma ferramenta mais adequada e de fácil aplicação no contexto das IFs, foram considerados três aspectos essenciais:

- **Vulnerabilidades setoriais à Transição Justa:** Principais setores econômicos com alto potencial de impacto negativo devido às mudanças geradas pelas políticas de transição a uma economia de baixo carbono;
- **Populações afetadas:** Populações brasileiras socialmente vulneráveis, que mais são impactadas pelos efeitos das mudanças climáticas, e populações afetadas pelas ações de adaptação e mitigação dos setores público e privado;
- **Necessidades das IFs:** Características similares como objetivos, limites em termos de captação de recursos e mecanismos de desembolso, além de desafios específicos relacionados ao porte, à região de atuação e ao capital disponível.

Em síntese, a consolidação do conceito de Transição Justa no âmbito das IFDs representa um passo estratégico para alinhar o Sistema Nacional de Fomento (SNF) aos compromissos globais de descarbonização e mitigação dos impactos das mudanças climáticas, assegurando que a transformação econômica ocorra de forma inclusiva, equilibrada e socialmente responsável.

O Arcabouço proposto reforça que a transição para uma economia de baixo carbono não deve se limitar a metas ambientais e climáticas, mas incorporar também o princípio de “**não deixar ninguém para trás**”, promovendo o diálogo social, a geração de empregos dignos e a proteção das comunidades mais vulneráveis. Ao traduzir esses princípios em políticas, produtos financeiros e práticas de governança, as IFs poderão atuar como vetores de mudança estrutural, conciliando o financiamento climático com o desenvolvimento humano e territorial.

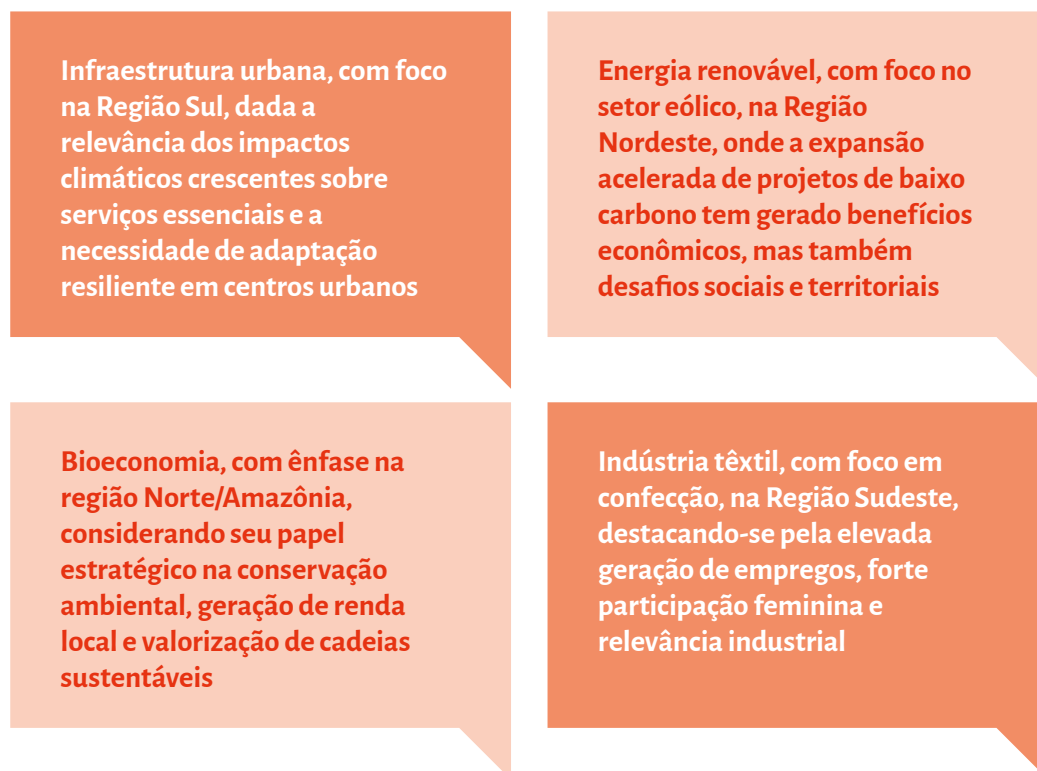
**TABELA 1 – ESTRUTURA DO ARCABOUÇO ORIENTADOR
PARA TRANSIÇÃO JUSTA NAS IFS**

Pilares e Eixos	Cinco pilares estratégicos que sustentam toda a estrutura do arcabouço	11 Eixos que instrumentalizam os pilares	Elementos do arcabouço inspirados na ferramenta da OIT e UNEP FI para Transição Justa no setor financeiro (OIT e UNEP FI, 2023; UNEP FI, 2025)
	1) Fundamentos	• Política e estratégia	
	2) Governança	• Papéis, responsabilidades, e capacidade interna	
	3) Negócios	• Captação de recursos • Produtos e serviços • Prospecção • Análise de risco • Negociação e aprovação • Monitoramento	
	4) Engajamento	• Engajamento com partes interessadas • Advocacy	
	5) Reporte e monitoramento	• Métricas institucionais e do portfólio	
Ações	19 ações concretas para incorporar o conceito de Transição Justa nos pilares e eixos		Adaptação para o contexto das IFS brasileiras
Instrumentos da regulação bancária	Correspondência das ações com resoluções e instruções normativas da regulação bancária		

Para testar e entender a aplicabilidade do arcabouço construído, foram elaboradas cartilhas temáticas. A seleção dos setores para a elaboração das cartilhas temáticas foi orientada por uma abordagem metodológica multicritério, priorizando setores estratégicos para a transição para uma economia de baixo carbono, com elevada relevância econômica, potencial de geração de empregos e forte interface com dimensões sociais e territoriais. Adicionalmente, foram incorporados critérios de heterogeneidade regional e institucional, de forma a refletir diferentes contextos socioeconômicos

e estratégias de atuação das IFs. Com base nesses critérios, foram selecionados quatro setores (Figura 4): infraestrutura urbana; energia renovável, com foco no setor eólico; bioeconomia; e indústria têxtil, com foco em confecção.

FIGURA 4 – SELEÇÃO DE SETORES PARA CARTILHAS TEMÁTICAS



04

TRANSIÇÃO JUSTA NO FINANCIAMENTO DA INDÚSTRIA TÊXTIL





4.1 PERFIL DO SETOR E PRINCIPAIS DESAFIOS PARA A TRANSIÇÃO

18

A indústria têxtil possui grande relevância na economia global, articulando cadeias produtivas extensas e geograficamente dispersas, que conectam a produção de matérias-primas, o processamento industrial, a confecção e o consumo final em diferentes regiões do mundo. O setor exerce papel relevante nos processos de industrialização, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social. Adicionalmente, é intensivo em trabalho, gerando milhões de oportunidades de emprego ao longo de sua cadeia, especialmente para mulheres jovens ([UN ENVIRONMENT PROGRAMME - UNEP, 2023](#); ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT, 2026).

O setor enfrenta o desafio de estar entre uma das indústrias com maior pressão ambiental e impactos sociais. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a indústria têxtil é responsável por entre 2% e 8% das emissões globais de gases de efeito estufa (GEE), considerando todo o seu ciclo de vida, desde a produção de fibras naturais e sintéticas até as etapas de uso e descarte dos produtos ([OIT, 2021](#)). Além das emissões de GEE, há outros impactos relevantes, como o consumo de energia e de água, a poluição e a geração de resíduos. O setor enfrenta também importantes desafios sociais, especialmente relacionados à precarização das condições de trabalho ao longo de sua cadeia global ([EUROPEAN PARLIAMENT, 2020](#)).

As trajetórias de descarbonização e transformação industrial no setor têxtil são distintas, refletindo contextos nacionais diversos — desde a infraestrutura energética e o nível de desenvolvimento industrial até a capacidade financeira e a prontidão institucional. As trajetórias de desenvolvimento são desiguais, e uma Transição Justa exigirá tempo, apoio direcionado e investimentos significativos para garantir que nenhum país, região ou trabalhador seja deixado para trás. Nesse contexto, enfrentar os desafios ambientais, sociais e climáticos na indústria têxtil requer o avanço de soluções integradas que articulem ação climática, circularidade nos processos produtivos, justiça social e resiliência econômica dos trabalhadores em todos os países ([INDUSTRIALL EUROPE, 2026](#)).

No contexto brasileiro, a indústria têxtil também apresenta relevância estratégica na geração de renda e empregos, sendo um setor relevante a ser analisado sob a perspectiva dos princípios de Transição Justa. O Brasil se destaca por possuir a maior cadeia têxtil completa do Ocidente, que abrange desde a produção de fibras — com destaque para autossuficiência na produção de algodão — até a confecção e o varejo. Além disso, é a quinta maior indústria têxtil do mundo e o quarto maior produtor de vestu-

FIGURA 5 – ELOS DA CADEIA DO SETOR TÊXTIL BRASILEIRO



Fonte: Adaptado de [ABIT e ABICOL \(2025\)](#)

ário, além de possuir centros de pesquisa e desenvolvimento especializados (Figura 5) (BRASIL, 2026a; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DA CONFECÇÃO - ABIT, 2025).

Segundo dados de pesquisas do Instituto de Estudos e Marketing Industrial – IEMI, divulgados pela ABIT, em 2023, o faturamento do setor no Brasil foi de R\$ 203,9 bilhões, valor que representa cerca de 14% do Produto Interno Bruto (PIB) da indústria de transformação (ABIT, 2026; CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - [CNI, 2026](#))². O IEMI e a ABIT foram identificados como os principais agentes que compilam e analisam os dados econômicos, de produtividade e do mercado do setor no Brasil, os quais são coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através da Pesquisa Industrial Anual - PIA.

Vale ressaltar que vários indicadores divulgados por estas organizações, como faturamento, investimentos e exportações, são divulgados de forma agregada para todo o setor, e que os segmentos têxtil e de confecção são abordados conjuntamente. A Tabela 2 a seguir apresenta alguns dos principais indicadores econômicos disponíveis publicamente, atualizados pela última vez em 2023.

² Cálculo realizado a partir dos dados de faturamento e dados do PIB da indústria de transformação em 2023 (R\$1.450,3 bilhões) divulgados pela CNI - Portal da Indústria (2026).

**TABELA 2 – FATURAMENTO E PRODUÇÃO DO SETOR TÊXTIL
E DE CONFECÇÃO NO BRASIL ENTRE 2022 E 2023**

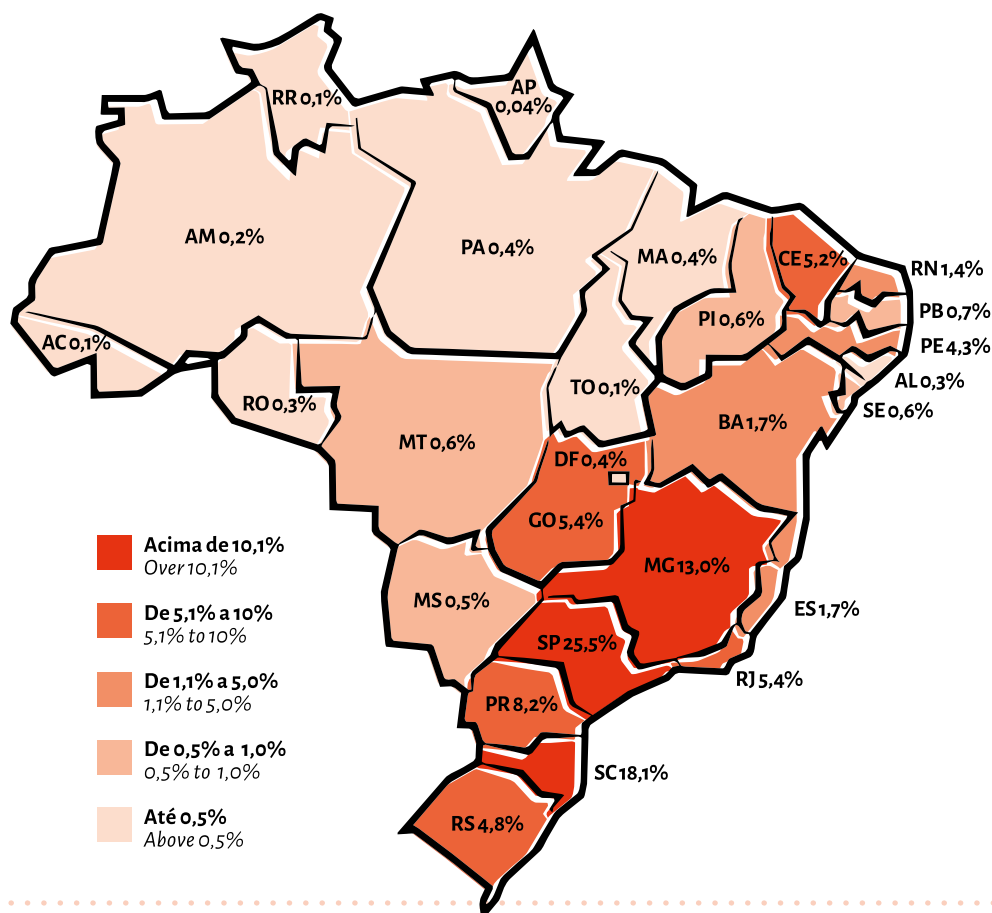
Indicador	Ano	
	2022	2023
Faturamento da Cadeia Têxtil e de Confecção (R\$ bilhões)	193,2	203,9
Investimentos no setor (R\$ bilhões)	4,6	4,6
Produção média têxtil (milhões de toneladas)	2,1	2,0
Produção média da confecção (bilhões de peças)	8,07	8,02

Fonte: Dados de pesquisas do IEMI, divulgados pela ABIT.

O setor apresenta forte concentração regional. As regiões Sul e Sudeste, que reúnem os principais polos industriais do país, possuem perfil predominante de produção têxtil (produção de fibras, fios e tecidos) com cadeia de confecção integrada, com destaque para São Paulo, Santa Catarina e Minas Gerais. Estes estados combinam infraestrutura industrial consolidada e proximidade de mercados consumidores, permitindo a integração das cadeias ([ABIT, 2026](#); [ABICOL, 2025](#)).

O Nordeste também possui participação relevante, com predominância da cadeia de confecção mais intensiva em mão de obra (costura, montagem, vestuário), e menor presença das etapas industriais. Estados como Ceará e Pernambuco se destacam, impulsionados por custos competitivos, políticas de incentivo e integração ao varejo nacional. Já a região Centro-Oeste é emergente no setor, com polos industriais em pleno desenvolvimento, integrando-se a cadeias fortes na região, com ênfase na produção de fibras de algodão ([ABIT, 2026](#); [ABICOL, 2025](#)) (Figura 6).

FIGURA 6 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS EMPRESAS DO SETOR TÊXTIL E DE CONFECÇÕES NO BRASIL



Fonte: [ABICOL, 2025](#)

Com relação à geração de empregos, segundo dados do Relatório Anual de Informações Sociais ([RAIS, 2025](#)), considerando toda a indústria de transformação brasileira, a confecção de artigos de vestuário é a terceira maior empregadora, perdendo apenas para a fabricação de produtos alimentícios e fabricação de produtos de metal. Em 2025, o segmento de confecção gerou mais de 518 mil empregos diretos. Deste total, as mulheres representam maioria significativa da força de trabalho, com cerca de 72,2% dos vínculos ([RAIS, 2025](#)).

Em paralelo, a fabricação de produtos têxteis, uma etapa mais industrial, gerou no mesmo período 267 mil empregos – cerca de 48,5% a menos - **evidenciando o segmento de confecção de vestuário como o que mais emprega dentro do setor** ([RAIS, 2025](#)). Com relação ao número de empresas, dados de 2024 divulgados pela ABIT indicam mais de 25,5 mil empresas atuantes. Deste total, mais de 21 mil atuam no segmento de confecção, com ampla representatividade de empresas de micro (70%) e pequeno porte (26%) ([ABIT, 2025](#); [BRASIL, 2026a](#)).

Considerando sua relevância em termos de geração de emprego no Brasil e seu perfil produtivo e social, que o tornam altamente vulnerável às mudanças trazidas pela transição para uma economia de baixo carbono, o segmento de confecção receberá maior foco neste trabalho. É necessário garantir que processos de transformação produtiva — seja por exigências ambientais, tecnológicas ou de mercado — não ampliem vulnerabilidades existentes, e contribuam para promover inclusão, melhoria das condições de trabalho e fortalecimento da resiliência econômica desse importante elo da cadeia ([RAIS, 2026](#); [INDUSTRIALL EUROPE, 2026](#)).

O segmento da confecção opera em um contexto de forte pressão competitiva internacional, especialmente de outros mercados com menores custos e diferentes padrões regulatórios, o que tende a reforçar estratégias baseadas na redução de custos produtivos ([ABIT, 2025](#)). O modelo de produção *fast fashion*³ é uma faceta das mudanças globais da cadeia de confecção que intensifica os desafios da transição, especialmente relacionados à precarização das condições de trabalho. Adicionalmente, a necessidade de adaptação a novas exigências ambientais e produtivas trazidas pela transição climática coloca desafios adicionais, exigindo que a transição para modelos mais sustentáveis seja acompanhada de políticas e práticas que assegurem proteção social, qualificação profissional e melhoria das condições de trabalho ([INDUSTRIALL EUROPE, 2026](#)).

A transição para uma economia de baixo carbono impõe desafios que ultrapassam os segmentos mais intensivos em emissões e alcançam de forma significativa o elo da confecção, sobretudo por meio de pressões indiretas sobre custos, cadeias de valor e modelos produtivos. Embora esse segmento não seja o principal responsável pelas emissões de gases de efeito estufa da cadeia têxtil, ele se mostra particularmente exposto aos efeitos da transição, em razão de seu caráter intensivo em mão de obra, da predominância de micro e pequenas empresas e de sua elevada vulnerabilidade social.

O enfrentamento dos desafios da Transição Justa no segmento de confecção demanda instrumentos capazes de articular mitigação das mudanças climáticas e adaptação produtiva com a redução de desigualdades sociais. Essa abordagem dialoga com diretrizes da política climática e industrial brasileira, como o Plano Clima Mitigação, que reconhece a necessidade de instrumentos específicos, incluindo financiamento público estruturante, para viabilizar a descarbonização em setores heterogêneos e intensivos em emprego ([MMA, MCTI, MDIC, CC/PR, 2026](#)).

É nesse cenário que as IFs assumem um papel estratégico, ao atuarem como agentes capazes de orientar fluxos de capital para apoiar trajetórias de transição que integrem objetivos climáticos e sociais. Dados do Mapa do Financiamento aos ODS indicam que, entre 2020 e 2024, as IFs brasileiras desembolsaram mais de R\$ 1,5 trilhão em iniciativas alinhadas à Agenda 2030, com forte concentração nos ODS 8 (trabalho decente e crescimento econômico) e 9 (indústria, inovação e infraestrutura), que

³ *Fast fashion* é um modelo de negócios que produz roupas em larga escala, seguindo rapidamente as últimas tendências, com baixo custo e qualidade, priorizando a velocidade entre criação e venda. O termo foi popularizado pelo *The New York Times* em 1989 para descrever a inauguração da Zara nos EUA (McDonald & Nicioli, 2023).

possuem interface direta com o ODS 13 (ação climática) ([ABDE, 2025](#)). Essa articulação evidencia o potencial dessas instituições para promover uma transição que não apenas responda à agenda climática, mas também enfrente os desafios sociais associados à reorganização produtiva.

No caso da indústria têxtil, a atuação das IFs busca se materializar sobretudo por meio das linhas industriais voltadas à implantação, modernização e expansão da capacidade produtiva, da aquisição de máquinas e equipamentos e do apoio à inovação, em consonância com a centralidade conferida às agendas de indústria, inovação e trabalho no financiamento público ao desenvolvimento ([ABDE, 2025](#)).

Entre os instrumentos com este foco no Brasil, destacam-se aqueles voltados à modernização produtiva, como as linhas do BNDES para digitalização, inovação e produtividade industrial⁴ e as linhas da Finep para inovação (para competitividade ou desempenho) e difusão tecnológica⁵, operacionalizadas por bancos de desenvolvimento estaduais (como a Desenvolve SP). Os fundos constitucionais — com destaque para o Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste (em especial a Linha [FNE Industrial](#)), operado pelo BNB — também demonstram aderência aos desafios da transição nesta cadeia.

Esses instrumentos podem contribuir para a redução de emissões e o aumento da eficiência energética ao longo da cadeia — especialmente em etapas mais intensivas em recursos — ao mesmo tempo em que impactam indiretamente a confecção por meio de mudanças nos padrões produtivos e nas exigências de mercado. No entanto, como apontado pelo relatório *Strengthening Sustainability in the Textile Industry* ([IFC, 2023](#)), a atuação financeira no setor ainda tende a ocorrer de forma fragmentada, sem integração sistemática entre financiamento produtivo, critérios climáticos e salvaguardas sociais.

Diante disso, voltamos a destacar o papel das IFDs como central na construção de trajetórias de Transição Justa que considerem simultaneamente a adaptação climática, a competitividade e a inclusão social. O aprimoramento destes instrumentos, a partir da incorporação de condicionalidades relacionadas à formalização do trabalho, à qualificação da mão de obra e ao fortalecimento de micro, pequenas e médias empresas, é fundamental para evitar que os custos da transformação decorrentes da transição e adaptação climática recaiam de forma desproporcional sobre trabalhadores e territórios mais vulneráveis, especialmente no segmento de confecção.

4 Para mais detalhes, consultar o Catálogo de soluções financeiras do BNDES: [Navegador de Financiamentos](#)

5 Para mais detalhes, consultar requisitos na página de [Apoio e Financiamento da Finep](#).

4.2 INTEGRANDO A TRANSIÇÃO JUSTA EM PRODUTOS FINANCEIROS PARA O SEGMENTO DE CONFECÇÃO NA INDÚSTRIA TÊXTIL

A presente seção tem como objetivo apresentar, de forma estruturada, como integrar os aspectos de Transição Justa ao desenho e à gestão de produtos financeiros voltados ao segmento de confecção da indústria têxtil, utilizando o Arcabouço orientador desenvolvido como base. Para cada um dos cinco pilares do Arcabouço, foi selecionada **uma ação** para detalhamento. A abordagem metodológica é dividida em duas frentes: (i) descrição de como aplicar a ação no segmento de confecção da indústria têxtil; e (ii) demonstração prática de implementação em estudos de caso de uma IFD em um instrumento financeiro, política institucional, processo ou estrutura interna existentes, a partir de informações disponíveis publicamente, incluindo recomendações de como o objeto do estudo de caso em questão pode aperfeiçoar a inclusão dos aspectos de Transição Justa. A intenção é oferecer às IFs um caminho prático para alinhar seus instrumentos financeiros, políticas e processos a princípios de equidade, inclusão socioeconômica e geração de benefícios compartilhados no contexto da transição climática, fortalecendo tanto a robustez técnica dos produtos quanto sua contribuição para uma Transição Justa.

A Desenvolve SP, agência de fomento do estado de São Paulo, foi selecionada para o estudo de caso sobre Transição Justa no segmento de confecção da indústria têxtil, por sua relevância regional como agente de fomento e dada a forte concentração da indústria têxtil no estado de São Paulo. Ao longo de sua atuação, consolidou-se como referência no apoio a micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) e prefeituras, apoiando projetos com foco em inovação, geração de emprego e de sustentabilidade.

A instituição não dispõe, atualmente, de um produto específico voltado ao segmento de confecção da indústria têxtil. No entanto, considerando o objetivo e o público-alvo de sua principal linha de crédito voltada à sustentabilidade, além de outros produtos voltados à indústria, o setor pode se beneficiar diretamente desse instrumento⁶. Os temas selecionados para o estudo de caso estão descritos na Tabela 3.

⁶ As análises e opiniões sobre a IFD e sua atuação expressas nesta cartilha são de responsabilidade dos autores, não implicando necessariamente o endosso pela IFD.

TABELA 3 – ESTUDO DE CASO DA DESENVOLVE SP

Desenvolve SP

A Desenvolve SP foi criada em 2009, com o objetivo de atuar como agente financeiro de fomento do estado de São Paulo. Desde 2023 a instituição está vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do estado. Sua operação abrange as esferas pública e privada, com a oferta de soluções financeiras para diferentes segmentos da economia, com o propósito de democratizar o acesso ao crédito e possibilitando que empresas e prefeituras invistam em projetos voltados à mitigação de impactos ambientais, redução de desigualdades sociais e desenvolvimento econômico. Principais segmentos de operação:

Setor privado | Setor público

- Agronegócio
- Mobilidade urbana sustentável
- Eficiência energética
- Máquinas e equipamentos novos
- Energias renováveis
- Processos industriais mais limpos
- Construção civil sustentável | Infraestrutura urbana resiliente
- Saúde pública
- Educação
- Assistência social
- Cidades inteligentes
- Mobilidade urbana
- Saneamento básico
- Energia renovável
- Modernização da iluminação pública
- Gestão de resíduos sólidos urbanos
- Conservação da biodiversidade
- Transporte limpo

Sua carteira de crédito oferece mais de 20 opções de linhas e produtos, que englobam:

Ampliação e modernização: crédito para ampliar a capacidade produtiva e modernizar tecnologias e instalações, fortalecendo a competitividade no mercado.

Implantação de novas plantas produtivas: financiamento voltado à implantação de novas unidades de produção, impulsionando a expansão industrial.

Realocação de empreendimentos: recursos para a transferência de empresas para locais estratégicos que ofereçam melhores condições operacionais.

Aquisição de equipamentos: financiamento para a aquisição de máquinas e equipamentos modernos, aumentando a eficiência e a produtividade das empresas.

Estudo de caso

Linha Economia Verde

O que é

É a principal linha de crédito voltada a sustentabilidade da Desenvolve SP e que engloba quesitos relevantes para a mitigação e adaptação das mudanças climáticas. Seu objetivo é o financiamento a projetos que promovam a redução de emissões de gases de efeito estufa, a geração de energias renováveis e a eficiência energética. Por meio de práticas sustentáveis e que minimizam o impacto da atividade produtiva no meio ambiente, como redução de consumo de energia, troca de combustíveis fósseis por renováveis, ou ainda com investimentos em processos industriais, edificações com parâmetros de construção civil sustentável e preservação dos recursos naturais.

Público-alvo (tomadores de crédito)

Empresas instaladas no estado de São Paulo com faturamento anual entre R\$ 81 mil e R\$ 300 milhões.

Links oficiais

- [Linha Economia Verde](#)

Outros objetos de análise

Também foram objetos de análise para o estudo de caso da Desenvolve SP:

- [Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática \(PRSAC\)](#)
- [Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas \(GRSAC\)](#)
- [Relatório Anual Integrado 2024](#)
- [Relatório de Pilar 3](#)
- [Framework de Financiamento Sustentável](#)
- [Linhas e Produtos](#)
- [Lista de Exclusão Socioambiental](#)
- [Participação em iniciativas, compromissos e eventos](#)
- [Termos de cooperação](#)

PILAR 1: FUNDAMENTOS



Pilar: Fundamentos

Ação 4: Atualizar e alinhar as políticas atuais

APLICAÇÃO PRÁTICA PARA O SEGMENTO DE CONFECÇÃO DA INDÚSTRIA TÊXTIL

A Ação 4 do Arcabouço tem o objetivo de atualizar a PRSAC e buscar coerência da atuação da instituição financeira em Transição Justa com outras políticas internas, como aprovação de crédito, gestão de riscos e impactos. O comprometimento institucional com objetivos claros e publicamente moni-

torados para a Transição Justa pode ser operacionalizado por meio da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), instituída pela Resolução Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.945/2021.

A PRSAC é o resultado de um processo interno estruturado de identificação, consolidação e formalização de princípios, diretrizes e compromissos relacionados à gestão de riscos e impactos socioambientais e climáticos, bem como à promoção do desenvolvimento sustentável. Sua revisão deve ocorrer periodicamente, no mínimo a cada três anos, visando assegurar alinhamento com demais políticas, como políticas de crédito, gestão de recursos humanos, gestão de riscos e impactos, gerenciamento de capital e conformidade, além de acompanhar o contexto externo, como mudanças políticas, legais, regulamentares, tecnológicas ou de mercado (CMN, 2021).

A revisão dos princípios e diretrizes da PRSAC para explicitar compromissos com uma Transição Justa pode orientar o apoio financeiro ao fortalecimento de diferentes cadeias produtivas de forma socialmente inclusiva no contexto de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, considerando, por exemplo, a promoção de trabalho decente e a formalização do emprego, a prevenção de trabalho precário, a requalificação profissional frente a mudanças tecnológicas e modelos produtivos, os impactos territoriais das atividades industriais e o apoio a fornecedores locais e de pequeno porte. Sua revisão pode implicar em mudanças em demais políticas internas, que uma vez alinhadas, possam refletir de maneira concreta o compromisso da organização com uma transição que seja eficaz no enfrentamento contra as mudanças climáticas e socialmente justa.

Para o financiamento socialmente responsável do segmento de confecção da indústria têxtil, é necessário incorporar os aspectos de Transição Justa mais materiais a essa indústria, como condições precárias de trabalho e salário, informalidade, violência e assédio a trabalhadoras mulheres, sobretudo imigrantes, riscos à saúde ocupacional e conflitos em cadeias terceirizadas, que podem ser intensificados pelas mudanças climáticas e esforços de transição (International Trade Union Confederation, 2026). A incorporação de critérios, análises e mitigação de riscos climáticos ou de transição relacionados a esses temas devem ser implementados pelas IFs através de diferentes políticas, processos e setores da organização, conforme versa as Resoluções CMN nº 4.943 e 4.945 de 2021 (CMN, 2021).

Para a atualização da PRSAC, a Figura 7 apresenta sugestões de **princípios** relacionados à Transição Justa que podem ser adotados pelas IFs. Isso se justifica pelo fato de a PRSAC ser estruturada a partir de princípios que se desdobram em diretrizes, as quais orientam sua aplicação prática e operacionalização no âmbito institucional.

FIGURA 7 – SUGESTÃO DE ASPECTOS DE TRANSIÇÃO JUSTA QUE PODEM SER INCORPORADOS NOS PRINCÍPIOS DA PRSAC

- Reconhecer que a transição de uma cadeia para modelos mais sustentáveis e para uma economia de baixo carbono deve ocorrer de forma justa e inclusiva
- Considerar os impactos sociais sobre trabalhadores, comunidades locais e grupos vulneráveis, especialmente em regiões dependentes de atividades intensivas em carbono e mais afetadas pelas mudanças climáticas
- Considerar riscos sociais associados à transição para uma economia de baixo carbono no gerenciamento integrado de riscos
- Estabelecer que as operações de financiamento devem buscar maximizar benefícios climáticos sem gerar impactos sociais adversos significativos

28

Fonte: OIT (2015); IFC (2012). Elaboração própria

Por se tratar de uma política de caráter transversal, a PRSAC não deve contemplar detalhamentos por setor específico. Assim, as particularidades relacionadas ao segmento de confecções da indústria têxtil são tratadas de forma complementar, conforme apresentado na Tabela 4. A tabela apresenta exemplos de diretrizes relacionadas à Transição Justa que podem ser incorporadas à PRSAC, bem como explicita como as especificidades setoriais podem apoiar sua operacionalização por meio de políticas, mecanismos ou instâncias institucionais que tanto são influenciados por essas atualizações, quanto contribuem para sua efetiva materialização.

TABELA 4 – COMO INCORPORAR ASPECTOS DA TRANSIÇÃO JUSTA NA PRSAC E FORMAS DE INTEROPERABILIDADE COM OUTRAS POLÍTICAS

Aspectos da Transição Justa em Diretrizes da PRSAC	Exemplos de critérios, riscos e ações concretas voltados ao segmento de confecção da indústria têxtil	Mecanismos, políticas ou instâncias de materialização
Riscos • Incorporar riscos sociais setoriais ao gerenciamento integrado de riscos socioambientais e climáticos • Realizar avaliações prévias, planejamento participativo e consultas públicas para prevenir e minimizar os impactos sociais negativos relacionados à transição e mudanças climáticas	Riscos sociais que podem ser intensificados num contexto de transição e mudanças climáticas relacionados ao segmento de confecção da indústria têxtil: ambiente de trabalho precário, riscos à saúde ocupacional, terceirização, exploração de grupos vulneráveis (mulheres, crianças, imigrantes)	• Relatório de Gerenciamento de Riscos • Relatório GRSAC • Regimento do Comitê e Diretoria de Riscos e Controles Internos

Crédito

- Incorporar aspectos da Transição Justa na análise de crédito, considerando riscos e impactos da transição e das mudanças climáticas sobre trabalhadores, comunidades e cadeias produtivas
- Exigir, quando aplicável, planos de ação para formalização, melhoria das condições de trabalho e capacitação frente às mudanças climáticas e transição
- Reduzir a exposição a clientes com riscos sociais elevados e não mitigados decorrentes das mudanças climáticas e esforços de transição
- Monitorar e divulgar periodicamente indicadores relacionados aos impactos socioambientais e climáticos dos financiamentos
- Apoiar clientes estratégicos na elaboração de planos de transição que considerem impactos sociais

Exemplos de critérios e salvaguardas sociais na análise de crédito que devem ser levados em conta por se tratarem de temas sensíveis que podem ser agravados pela transição e mudanças climáticas: cumprimento da legislação trabalhista, ausência de trabalho análogo ao escravo, rastreabilidade da cadeia de fornecedores, existência de políticas de equidade de gênero e raça, capacidade de geração de emprego formal (outros exemplos podem ser encontrados nos capítulos [Pilar 3: Negócios](#) e [Pilar 5: Monitoramento e Reporte](#))

Identificar, na carteira de crédito, empresas e cadeias têxteis com maior exposição a riscos sociais associados às mudanças climáticas e transição.

Definir um prazo para que as operações identificadas como prioritárias incorporem critérios de Transição Justa

- Política de Crédito
- Questionário Socioambiental e Climático
- Framework de Financiamento Sustentável
- Cláusulas contratuais

Oportunidades

- Desenvolver linhas e instrumentos financeiros que apoiem a adequação social de projetos relacionados à transição ou impactados pelas mudanças climáticas
- Promover engajamentos, capacitações e parcerias com clientes, stakeholders e comunidades locais sobre impactos sociais da transição e das mudanças climáticas

Por exemplo, desenvolver uma linha de crédito para a confecção têxtil sustentável para financiar a redução de impactos climáticos e de transição dessa indústria, como emissões de GEE, uso intensivo de água, poluição química e geração de resíduos ([International Trade Union Confederation, 2026](#)), que garanta a proteção social e inclusão dos trabalhadores ao longo da cadeia

Na falta de um produto específico, oferecer melhores condições de juros para clientes do setor que tragam benefícios sociais a projetos que visem a transição ou a adaptação e mitigação das mudanças climáticas

- Política de Produtos e Parcerias
- Estratégia de atuação da área de Sustentabilidade
- Comitê de Sustentabilidade

Recursos Humanos

- Capacitação dos funcionários sobre Transição Justa

Capacitar equipes de crédito, riscos e sustentabilidade sobre riscos sociais atrelados à transição ou impactos das mudanças climáticas ao segmento de confecção da indústria têxtil

- Programas de capacitação e treinamento

ESTUDO DE CASO – DESENVOLVE SP

A PRSAC da Desenvolve SP, atualizada e republicada em 2026, integra a dimensão social ao gerenciamento de riscos, sem explicitar o conceito de Transição Justa. Em sua próxima revisão, ela pode ser atualizada para incorporar a Transição Justa como um dos princípios orientadores e incluir diretrizes que guiem a aplicação de critérios de Transição Justa nas concessões de crédito, identificação de oportunidades e definição de objetivos que se reflitam nos instrumentos de gestão de riscos, políticas de crédito e desenvolvimento de produtos.

Algumas políticas e procedimentos internos da Desenvolve SP, como o Relatório de Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos (GRSAC) ([Desenvolve SP](#), 2024) e o Relatório de Gerenciamento de Riscos - Pilar 3 ([Desenvolve SP](#), 2024), abordam a dimensão social principalmente sob a perspectiva do gerenciamento de riscos, em linha com os princípios e diretrizes da PRSAC. Ainda, o Framework de Financiamento Sustentável ([Desenvolve SP](#), 2022) incorpora determinados critérios e indicadores sociais às categorias de crédito e projetos elegíveis, como saúde, educação, infraestrutura pública inclusiva e urbanização de municípios vulneráveis.

Embora estes instrumentos permitam capturar e mitigar possíveis impactos sociais relacionados a transformações econômicas e produtivas decorrentes das mudanças climáticas e esforços de transição, eles não incluem diretamente uma relação com transição e mudanças climáticas, portanto não contemplando a Transição Justa, nem abordam critérios ou métricas voltadas à proteção dos trabalhadores, terceirização, grupos vulneráveis e territórios mais expostos aos impactos da transição, que dialogam com questões críticas do segmento de confecção da indústria têxtil. É importante ressaltar que o conceito de Transição Justa é recente, e ainda não há consenso definido sobre ele no Brasil, o que pode explicar sua ausência na PRSAC da Desenvolve SP e de outras IFDs, não configurando uma lacuna em relação a práticas já estabelecidas no mercado, mas sim uma oportunidade de evolução e alinhamento futuro à medida que o tema avança no contexto nacional.

Nesse sentido, a PRSAC pode constituir um mecanismo eficiente para internalizar o conceito Transição Justa na estrutura da instituição, orientando a adaptação destas e outras políticas internas, de forma a conectar a gestão de riscos às decisões de crédito, identificação de oportunidades e promoção de resultados alinhados ao desenvolvimento justo e sustentável. Por isso, a análise do estudo de caso apresentada na Tabela 5 se debruçou sobre a PRSAC, e não em outras políticas internas ou a partir das especificidades setoriais, ao entender que a atualização de seus princípios e diretrizes pode alavancar mudanças nas demais políticas e procedimentos da instituição.

Assim, as sugestões de atualização da PRSAC podem se desdobrar em impactos concretos na forma como projetos do segmento de confecções da indústria têxtil serão avaliados e acompanhados, a partir da adoção de novos critérios de análise de crédito, gestão de riscos e monitoramento, responsáveis por incorporar, na prática, aspectos da Transição Justa no financiamento ao setor têxtil.

TABELA 5 – ANÁLISE DA PRSAC DA DESENVOLVE SP SEGUNDO A AÇÃO 4 DO ARCABOUÇO

	Abordagem social da PRSAC da Desenvolve SP	Sugestões de atualização
Princípios	Apresenta princípios sociais amplos que podem dialogar com o tema de Transição Justa, como a promoção do desenvolvimento sustentável e respeito aos direitos humanos, diversidade, equidade e combate à discriminação e preconceito.	Citar explicitamente a Transição Justa como um princípio da PRSAC da instituição.
Diretrizes	Uma das diretrizes inclui a transição para uma economia neutra em carbono, quanto a promoção de parcerias para a promoção do desenvolvimento sustentável. Há ainda uma diretriz que menciona a incorporação de critérios sociais na análise de crédito e gerenciamento de riscos e a restrição de financiamento a setores socialmente incorretos.	Especificar nas diretrizes que a transição para uma economia neutra em carbono deve ser socialmente justa. Incluir ao menos uma diretriz que incorpore explicitamente a Transição Justa como um critério na análise de crédito e gerenciamento de riscos.

Fonte: PRSAC (Desenvolve SP, 2026). Elaboração própria

PILAR 2: GOVERNANÇA



Pilar: Governança

Ação 7: Desenvolver capacidades dentro da instituição financeira

APLICAÇÃO PRÁTICA PARA O SEGMENTO DE CONFECÇÃO DA INDÚSTRIA TÊXTIL

Para fortalecer as capacidades institucionais em Transição Justa e garantir a efetividade da estrutura de governança, a inclusão do tema nos currículos de treinamento se apresenta como um instrumento estratégico no âmbito da Ação 7 do Arcabouço, cujo objetivo é assegurar recursos orçamentários e técnicos adequados, promovendo capacitação contínua das equipes em Transição Justa, com inclusão do tema no currículo dos treinamentos. Quando necessário, a instituição pode recorrer a especialistas externos para o fortalecimento de competências internas e disseminação de boas práticas. Dessa forma,

é possível qualificar a análise das equipes, alinhar entendimentos internos e incorporar de forma mais consistente os aspectos sociais, territoriais e climáticos nas decisões, tornando a avaliação de riscos e impactos mais robusta.

TABELA 6 – SUGESTÃO DE PRÁTICAS PARA AS IFS DESENVOLVEREM CAPACIDADES SOBRE TRANSIÇÃO JUSTA PARA A INDÚSTRIA TÊXTIL

Práticas para desenvolvimento de capacidades	Descrição
Cursos com profissionais externos	Cursos ministrados por especialistas, consultorias ou organizações da sociedade civil sobre Transição Justa, com foco em temas como direitos trabalhistas e riscos sociais e climáticos associados a cadeias produtivas têxteis, trazendo estudos de caso e referências nacionais e internacionais aplicáveis à avaliação de operações.
Cartilhas internas com conteúdo técnico e ciclos de aprendizado recorrentes	Distribuição interna de materiais como guias, manuais e notas técnicas sobre Transição Justa, acompanhados de trilhas de aprendizado contínuo. Podem ser utilizados estudos de referência no tema ou, preferencialmente, os materiais podem ser desenvolvidos e adaptados à realidade da instituição e do segmento de confecção da indústria têxtil.
Oficinas e seminários com atores do setor	Realização e participação em workshops e eventos com clientes, associações setoriais, sindicatos, especialistas, empresas da cadeia produtiva têxtil e organizações da sociedade civil, o que permite aprofundar o entendimento sobre riscos e impactos reais, promover diálogo multissetorial e incorporar diferentes perspectivas, especialmente de trabalhadores e grupos vulneráveis, na estruturação de produtos financeiros e critérios de análise.
Capacitação alinhada à carteira	Desenvolvimento de competências para identificar, avaliar e monitorar riscos e oportunidades de Transição Justa em clientes do segmento de confecção da indústria têxtil, integrando esses aspectos aos processos de análise de crédito, incorporação de exigências contratuais e planos de ação nos financiamentos, acompanhamento e engajamento com clientes.

Fonte: Elaboração própria.

Para o segmento de confecção da indústria têxtil, o desenvolvimento de capacidades prepara as equipes internas, principalmente equipes de crédito, risco e sustentabilidade, para temas recorrentes no setor, podendo contribuir especialmente para a antecipação e mitigação dos impactos sociais associados à descarbonização, automação das cadeias produtivas e mudanças climáticas, e dos riscos relacionados às condições de trabalho e grupos sociais vulneráveis. A Tabela 7 indica alguns dos principais temas que podem ser trabalhados e aprofundados pelas IFDs através das práticas de capacitação.

TABELA 7 – SUGESTÕES DE PRINCIPAIS TEMAS A SEREM ABORDADOS EM CAPACITAÇÕES SOBRE TRANSIÇÃO JUSTA NO SETOR TÊXTIL

Temas a serem abordados nas capacitações	Descrição
O que é Transição Justa	Transição Justa propõe que mudanças produtivas, descarbonização e adaptação às mudanças climáticas sejam acompanhadas de medidas de requalificação, proteção social e participação dos trabalhadores nas decisões
Relação entre mudanças climáticas e condições de trabalho no setor têxtil	Impactos das mudanças climáticas no setor: calor extremo em ambientes produtivos, eventos climáticos que afetam a infraestrutura e dificuldades no fornecimento de matérias-primas, como algodão Impactos nas condições de trabalho: saúde, segurança e produtividade dos trabalhadores, como estresse térmico em fábricas quentes e mal ventiladas, desidratação, fadiga e doenças ocupacionais Agravamento de desigualdades e violência em grupos de trabalhadores vulneráveis do setor, como mulheres, imigrantes e jovens
Mudanças no setor têxtil e seus impactos sobre empregos e trabalhadores	Mudanças na indústria, como automação, digitalização, descarbonização e redução de resíduos podem apresentar riscos sociais, como substituição de trabalhadores e aumento da desigualdade Importância de considerar medidas, como requalificação profissional, apoio à transição de trabalhadores e manutenção da qualidade dos empregos para evitar a perda de empregos, aumento da informalidade ou piora nas condições de trabalho
Ferramentas para implementação e acompanhamento da Transição Justa	Como desenvolver e incorporar critérios sociais e climáticos nos processos de concessão de crédito e avaliação de projetos Monitoramento da cadeia de fornecedores Inclusão de exigências contratuais

Fonte: Elaboração própria com base em [Just Transition Manifesto For The Textile And Garment Supply Chain](#) (International Trade Union Confederation, 2026).

ESTUDO DE CASO – DESENVOLVE SP

A capacitação de colaboradores e membros dos órgãos estatutários em temas relacionados a aspectos sociais, ambientais e climáticos é uma das diretrizes da PRSAC da Desenvolve SP, seguindo o Programa de Treinamento e Desenvolvimento Interno ([Desenvolve SP](#), 2026), e é considerada como uma estratégia

gia para o crescimento sustentável da instituição, com o oferecimento de treinamentos internos e bolsas de estudo para a capacitação técnica e aprimoramento de competências ([Desenvolve SP](#), 2025).

A inclusão da Transição Justa no currículo obrigatório das equipes de crédito, sustentabilidade e riscos é fundamental para que as capacidades internas da instituição estejam consolidadas. Para a preparação das equipes técnicas com relação aos temas sensíveis ao segmento de confecção da indústria têxtil, podem ser realizados workshops com especialistas no tema, para que estes profissionais consigam compreender as especificidades e os impactos sociais, territoriais e produtivos do setor, traduzindo esse entendimento em orientações qualificadas, critérios de análise e soluções de crédito a serem aplicadas na Linha Economia Verde.

Embora as iniciativas de capacitação da Desenvolve SP analisadas ainda não abordem o tema da Transição Justa, buscou-se avaliar como as práticas já existentes podem ser aprimoradas para incorporar aspectos relacionados aos impactos sociais, climáticos e produtivos associados ao segmento de confecção da indústria têxtil.

TABELA 8 – COMPARATIVO ENTRE A AÇÃO 7 DO ARCABOUÇO E A DESENVOLVE SP

	Abordagem da Desenvolve SP	Oportunidades
Cursos com profissionais externos	A Desenvolve SP oferece bolsas de estudos para a formação de seus colaboradores.	Uma parcela das bolsas poderia ser voltada a cursos em instituições de ensino que abordem o tema da Transição Justa. Além disso, podem ser contratados profissionais ou consultorias para ministrar treinamentos sobre o tema e identificar melhorias a serem incorporadas nos critérios de concessão da Linha Economia Verde.
Cartilhas internas e ciclos de aprendizado	A capacitação em competências técnicas e educação continuada dos funcionários, incluindo em temas sociais, é uma prática da instituição.	No âmbito social das capacitações técnicas, a Transição Justa deve ser um tema do currículo e produção de materiais técnicos. Para a disseminação de materiais, podem ser aproveitados estudos de referência desenvolvidos nacional ou internacionalmente.
Oficinas com atores do setor	A Desenvolve SP tem parcerias e termos de cooperação com iniciativas e atores da indústria, como o Pacto Global da ONU, Laboratório de	Podem ser organizados eventos e oficinas com os parceiros setoriais e iniciativas, para a abordagem da Transição Justa e principais riscos

Inovação Financeira (LAB), Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), entre outras.

e impactos sociais atrelados ao segmento de confecção da indústria têxtil.

Capacitação alinhada à carteira

A capacitação em competências técnicas e educação continuada dos funcionários, incluindo em temas sociais, é uma prática da instituição.

Funcionários das áreas de crédito, riscos e sustentabilidade devem receber capacitações voltadas à Transição Justa alinhadas à carteira de produtos e serviços da instituição, para estarem aptos a incorporar critérios, avaliar riscos e identificar oportunidades na concessão da Linha Economia Verde a clientes do segmento de confecções da indústria têxtil, como por exemplo alinhar ganhos ambientais e climáticos à geração e manutenção de empregos de qualidade no setor.

35

Fonte: PRSAC (Desenvolve SP, 2026); Relatório Anual Integrado 2024 (Desenvolve SP, 2025). Elaboração própria.

PILAR 3: NEGÓCIOS



Pilar: Negócios

Ação 14: Acrescentar ou ajustar cláusulas contratuais e acordos de empréstimo para a Transição Justa

APLICAÇÃO PRÁTICA PARA O SEGMENTO DE CONFECÇÃO DA INDÚSTRIA TÊXTEL

O objetivo da **Ação 14** do Arcabouço é desenvolver cláusulas para contratos de produtos e serviços financeiros que cubram aspectos da Transição Justa, considerando a materialidade e o porte da operação. Nos casos em que forem exigidos planos de ação socioambientais e climáticos, as instituições devem integrar elementos da Transição Justa entre as medidas a serem implementadas, de modo a assegurar que os recursos direcionados ao segmento de confecção da indústria têxtil contribuam para resultados socioeconômicos positivos e sustentáveis.

Caso a IF não adote esses temas como critérios iniciais na análise de crédito ou em sua lista de exclusão, a instituição pode acrescentar as seguintes cláusulas exemplificadas na Tabela 9 para a concessão de crédito a clientes do segmento de confecção da indústria têxtil, de forma a garantir a conformidade

dos investimentos com as cláusulas contratuais, que serão alteradas e passarão a abordar a Transição Justa. Importante ressaltar que a inclusão das cláusulas, obrigações, indicadores e condicionantes da contratação devem ser acompanhados pela IF ao longo da implantação do projeto e do prazo final do financiamento.

TABELA 9 – SUGESTÃO PARA AJUSTE NAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DIRECIONADOS AO SEGMENTO DE CONFECÇÃO, INCORPORANDO ASPECTOS DE TRANSIÇÃO JUSTA E OUTROS TEMAS SOCIAIS

Tema	Exemplos de Cláusula
Conformidade trabalhista e direitos humanos	O cliente compromete-se a respeitar os direitos humanos e trabalhistas fundamentais, incluindo a proibição de trabalho infantil ou análogo ao escravo, discriminação e assédio moral ou sexual, devendo assegurar condições de trabalho dignas, justas e seguras em suas operações e, quando aplicável, em sua cadeia produtiva relevante. Deve fomentar a liberdade de associação e a negociação coletiva, visando garantir o diálogo construtivo e equilibrado entre as partes envolvidas (Taxonomia Sustentável Brasileira , 2025). Adicionalmente, o cliente deve considerar impactos das mudanças climáticas sobre as condições de trabalho e a saúde ocupacional, assegurando que trabalhadores e comunidades não sejam desproporcionalmente afetados por processos de adaptação ou transição produtiva (OIT , 2015).
Trabalho análogo ao escravo	O cliente não pode estar incluído no Cadastro de Empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas à escravidão, instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego (BNDES). Deve ser responsabilidade do cliente o monitoramento da cadeia de fornecedores sobre riscos ou incidentes de trabalho infantil e/ou forçado, bem como medidas para correção dos incidentes e mitigação dos riscos (IFC , 2012). O monitoramento deve considerar, sempre que aplicável, o agravamento desses riscos em contextos de maior vulnerabilidade socioeconômica associados às mudanças climáticas, bem como assegurar que processos de transição produtiva não resultem na intensificação da precarização do trabalho ao longo da cadeia (OIT , 2024).
Equidade de gênero	O cliente deve assegurar igualdade de oportunidades no acesso ao emprego, capacitação e progressão de carreira, por meio da eliminação de vieses e práticas discriminatórias. Incluir medidas específicas para prevenir e responder à violência no trabalho, intensificada por fatores como estresse térmico, pressão produtiva e desigualdades de gênero, garantindo que políticas internas, práticas comerciais, transição climática e digital não gerem ou agravem impactos negativos (International Trade Union Confederation , 2026).
Saúde e segurança	O cliente deverá identificar riscos para saúde e segurança do trabalhador no local de trabalho e adotar medidas para minimizar a exposição dos trabalhadores a acidentes e doenças do trabalho, incluindo treinamento adequado para os trabalhadores sobre riscos detectados e medidas de

proteção necessárias ([Cooperation on Fair, Free, Equitable Employment](#), 2021; [IFC](#), 2012), incluindo riscos para a saúde decorrentes do processo de transição e das mudanças climáticas, como calor extremo em fábricas mal ventiladas e sem ar-condicionado, podendo levar ao aumento da presença de bactérias e vetores de infecção e causar estresse térmico, desidratação e fadiga para trabalhadores envolvidos em processos como passar roupa, tingir e vaporizar ([International Trade Union Confederation](#), 2026).

Gestão de impactos sociais da transição produtiva para uma economia de baixo carbono

Nos casos em que o projeto financiado envolva transformações produtivas, tecnológicas ou ambientais em resposta às mudanças climáticas, que possam gerar impactos sociais relevantes, o cliente compromete-se a identificar, avaliar e mitigar tais impactos, incluindo efeitos sobre emprego, condições de trabalho, fornecedores e comunidades locais ([OIT](#), 2015).

Fonte: Elaboração própria

37

ESTUDO DE CASO – DESENVOLVE SP

A Política de Gerenciamento do Risco Socioambiental da Desenvolve SP (PGRSAC) ([Desenvolve, SP](#), 2025) estabelece critérios socioambientais para concessão de crédito, avaliação de garantias e contratações administrativas da instituição. Através do Sistema de Administração de Riscos Ambientais, Sociais e Climáticos (SARASC), que engloba um conjunto de políticas, processos e ferramentas adotados também por diversas IFs, a Desenvolve SP faz a identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos socioambientais e climáticos associados às partes interessadas quanto a concessão de crédito, estabelecidos na Política.

A Linha Economia Verde da Desenvolve SP, assim como demais produtos da organização, passa pelo processo de concessão de financiamento que inclui um questionário inicial, com o objetivo de identificar a atividade, código CNAE e empreendimento a ser financiado. Essa etapa visa identificar atividades com maior potencial de exposição ao risco ambiental. Em seguida, é aplicado o Questionário de Responsabilidade Socioambiental, para identificar a abordagem dos clientes para aspectos sociais, ambientais e de segurança do trabalho. Para a Linha Economia Verde, os projetos devem, ainda, reduzir o impacto ambiental e climático de suas atividades através da redução de emissões de gases de efeito estufa, eficiência energética e melhoria dos processos industriais. A instituição conta também com uma lista de exclusão que determina atividades que não são passíveis de receber apoio financeiro. A revisão de conformidade dos créditos é feita semestralmente. ([Desenvolve SP](#), 2022).

A aplicação dos questionários e exclusão de atividades críticas é um passo anterior à concessão de crédito essencial para mitigar riscos, e em alguns casos, esses critérios podem ser suficientes para garantir a conformidade da atividade financiada. Ainda assim, para garantir que o financiamento a clientes do segmento de confecções da indústria têxtil, através da Linha Economia Verde, cubra aspectos da

Transição Justa é importante incluir cláusulas contratuais específicas que abordem temas da transição e mudanças climáticas sensíveis ao setor.

Em função da confidencialidade dos contratos em andamento, a análise do estudo de caso da Desenvolve SP foi realizada exclusivamente a partir de critérios para a concessão de crédito disponíveis publicamente. Nesse sentido, as sugestões apresentadas devem ser entendidas como oportunidades de aprimoramento, e não como avaliação direta dos contratos vigentes.

TABELA 10 – COMPARATIVO ENTRE A AÇÃO 14 DO ARCABOUÇO E A DESENVOLVE SP

	Desenvolve SP	Oportunidades
Conformidade trabalhista e direitos humanos	A Desenvolve SP inclui atividades relacionadas à mão de obra infantil, discriminação de raça ou gênero, invasão de terras indígenas, crimes ou embargos ambientais, entre outros temas sensíveis em sua lista de exclusão de apoio financeiro.	Para complementar os critérios de exclusão, a instituição pode incluir cláusulas contratuais na concessão de crédito da Linha Economia Verde para clientes do segmento de confecções, que assegurem condições de trabalho dignas, justas e seguras e garantir liberdade de associação e a negociação coletiva, considerando que condições de trabalho precárias podem ser exacerbadas em contexto de transição e das mudanças climáticas.
Trabalho análogo ao escravo	Empresas ou empreendimentos com casos de exploração de trabalhadores em condições análogas às de escravo faz parte da lista de exclusão de apoio financeiro da Desenvolve SP.	Clientes do segmento de confecções devem estender o monitoramento à cadeia de fornecedores, prática que deve ser garantida através de cláusulas contratuais na concessão de crédito via Linha Economia Verde, para que exijam <i>due diligence</i> , auditorias e transparência sobre práticas trabalhistas de terceiros, considerando que condições de trabalho precárias podem ser exacerbadas em contexto de transição e das mudanças climáticas.
Saúde e segurança	A Desenvolve SP analisa aspectos de segurança do trabalho dos clientes como parte do processo de <i>rating</i> socioambiental do cliente.	Além de analisar esse aspecto, a Desenvolve SP pode incluir temas de saúde e segurança específicos à transição do setor têxtil e das mudanças climáticas, como uma cláusula contratual na concessão de financiamento pela Linha Economia Verde.

Gestão de impactos sociais da transição produtiva

Não foram encontradas evidências sobre o tratamento deste tema como critério ou cláusula na concessão de crédito.

Incorporar cláusulas contratuais da Linha Economia Verde que condicionem o financiamento à adoção de planos de Transição Justa pelos clientes do segmento de confecções, incluindo medidas de requalificação de trabalhadores, manutenção de empregos e diálogo com comunidades afetadas.

Fonte: Elaboração própria com base em documentos públicos da Desenvolve SP.

39

PILAR 4: ENGAJAMENTO



Pilar: Engajamento

Ação 18: Promover e defender a Transição Justa a partir de parcerias

APLICAÇÃO PRÁTICA PARA O SEGMENTO DE CONFECÇÃO DA INDÚSTRIA TÊXTIL

O foco da **Ação 18** do arcabouço é mobilizar parcerias estratégicas para apoiar o desenvolvimento de projetos alinhados à Transição Justa e iniciativas de financiamento baseadas no território em que as IFs atuam. Articular-se com pares e demais instituições do sistema financeiro, grupos da indústria e provedores de serviços com influência na cadeia de investimento (como consultores de investimento, provedores de dados e pesquisa) para defender o reconhecimento da Transição Justa e catalisar ações do setor.

Para apoiar o desenvolvimento de projetos e financiamentos do segmento de confecção da indústria têxtil alinhados à Transição Justa, as IFs podem articular-se com pares, grupos da indústria, coalizões, iniciativas regionais e provedores de serviços capazes de influenciar a cadeia de investimento e, assim, difundir o reconhecimento da Transição Justa e catalisar ações no setor de forma coordenada. As práticas listadas na Tabela 11 exemplificam formas e espaços possíveis de estabelecimento de parcerias estratégicas.

TABELA 11 – PARCERIAS

Estabelecer coalizões com associações setoriais

Formar grupos de trabalho com associações da indústria têxtil, como Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT), Sinditêxtil, Sindivesturário, Associação Brasileira do Varejo Têxtil (ABVTEX), Associação Brasileira de Produtores de Fibras Artificiais e Sintéticas (Abrafas), entre outras, para disseminar boas práticas de inclusão da Transição Justa nos processos das associações e produtos e serviços das IFs direcionados ao setor.

Participar em eventos e iniciativas regionais e internacionais

Participar de iniciativas de troca entre bancos, como a ABDE, eventos e discussões com empresas, bancos, legisladores, reguladores e sociedade civil para ampliar o entendimento sobre a Transição Justa no setor, monitorar tendências, desenvolver métricas, avaliações de risco social e guias de referência sobre Transição Justa para instrumentos financeiros destinados ao segmento de confecção da indústria têxtil.

Parcerias institucionais para concessão de crédito

Estabelecer parcerias com associações setoriais, cooperativas, organizações da sociedade civil e entidades de classe, com o objetivo de ampliar o acesso a linhas de crédito destinadas ao segmento de confecção da indústria têxtil, que incorporem critérios relacionados à Transição Justa. Essas parcerias podem envolver ações de divulgação, capacitação e orientação técnica, como a realização de workshops, materiais informativos e canais de atendimento, para apoiar empresas na compreensão dos requisitos de elegibilidade, critérios socioambientais e climáticos e oportunidades associadas a financiamentos alinhados à Transição Justa.

Fonte: Elaboração própria

ESTUDO DE CASO – DESENVOLVE SP

A Desenvolve SP, como agente de fomento relevante na região sudeste, vem articulando-se com parceiros, realizando eventos, participando de discussões e aderindo à compromissos que têm potencial para englobar a Transição Justa no debate. A Tabela 12 traz exemplos de atuação da instituição no âmbito de parcerias e oportunidades que podem ser exploradas e aprofundadas para a incorporação de princípios de Transição Justa no segmento de confecção da indústria têxtil.

TABELA 10 – COMPARATIVO ENTRE A AÇÃO 14 DO ARCABOUÇO E A DESENVOLVE SP

	Desenvolve SP	Oportunidades
Participação em iniciativas, comissões ou fóruns	A Desenvolve SP faz parte de iniciativas nacionais e internacionais voltadas à promoção de práticas responsáveis em âmbitos social, ambiental e climático, como o Pacto Global da ONU, Laboratório de Inovação Financeira (LAB), Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), entre outras (Desenvolve SP, 2025). Algumas dessas iniciativas trabalham com o conceito de Transição Justa em eventos, estudos e apresentações.	Importante participar e contribuir ativamente com as discussões sobre Transição Justa, promovendo a internalização desse conceito na Linha Economia Verde e demais produtos da instituição, bem como apoiando o desenvolvimento de métricas, critérios e orientações específicas para o setor têxtil, em articulação com outros atores do ecossistema financeiro e produtivo.

Eventos para clientes

A Jornada de Crédito, é uma iniciativa que visa levar informações e soluções de crédito que melhor se adequam aos perfis dos empreendedores do estado de São Paulo. Os eventos são realizados em parceria com prefeituras, associações comerciais e o Banco do Povo. Os resultados indicam aumento do número de pedidos de crédito nos municípios atendidos, impulsionando a geração de empregos e fortalecimento dos negócios locais ([Desenvolve SP, 2025](#)).

A estrutura da Jornada de Crédito pode ser aproveitada de forma estratégica para a disseminação de conceitos sobre a Transição Justa aos clientes do segmento de confecções, através de palestras e eventos setoriais, com conteúdos específicos sobre adaptação às mudanças climáticas, melhoria das condições de trabalho e divulgação de como acessar a Linha Economia Verde.

Termos de cooperação setoriais

No passado, a Desenvolve SP já estabeleceu [termos de cooperação com a ABIT](#) e com a [Sinditêxtil](#) para a disponibilização de linhas de crédito e frequentemente abre [editais de chamamento público](#) com foco em entidades institucionais sem fins lucrativos, especialmente entidades de classe profissionais de diversas categorias econômicas, visando fomentar a concessão de financiamentos por meio de linhas de crédito.

Abertura de editais e termos de cooperação com entidades para a oferta da Linha Economia Verde podem incorporar requisitos para que as finalidades da linha aplicáveis ao segmento de confecções da indústria têxtil, como redução de emissões de gases de efeito estufa, eficiência energética e melhoria nos processos industriais, sejam acompanhados de garantia de requalificação profissional e não impliquem em piora nas condições de trabalho.

Fonte: Elaboração própria com base em documentos públicos da Desenvolve SP.

PILAR 5: MONITORAMENTO E REPORTE PILAR



Pilar: Monitoramento e Reporte

Ação 19: Reportar métricas de Transição Justa institucionais e do portfólio externamente

APLICAÇÃO PRÁTICA PARA O SEGMENTO DE CONFECÇÃO DA INDÚSTRIA TÊXTEL

No pilar de monitoramento e reporte, a **Ação 19** consiste em integrar os aspectos, ações, produtos, serviços e resultados relacionados à Transição Justa nas seções já existentes sobre sustentabilidade e clima dos relatórios anuais, relatórios de sustentabilidade e/ou outros reportes externos. A abordagem deve evidenciar como os temas de Transição Justa se conectam de forma transversal aos aspectos

ambientais, sociais e climáticos, demonstrando sua integração ao modelo de negócio e aos reportes obrigatórios, incluindo GRSAC e DRSAC.

Para dar mais consistência ao reporte e resultados das iniciativas relacionadas à Transição Justa no segmento de confecção da indústria têxtil, é essencial realizar o monitoramento no nível de cliente/operação, com foco em dados, entregas e conformidade. Para tanto, as IFs podem apresentar indicadores específicos, ligados à indústria têxtil, mostrando como a instituição avalia as dimensões centrais da Transição Justa atreladas ao setor. Indicadores fundamentados em referências públicas fortalecem a qualidade do reporte, pois oferecem comparabilidade e legitimidade (Tabela 13).

Cabe destacar que os indicadores apresentados na Tabela 13 não se limitam exclusivamente a métricas específicas de Transição Justa ou mudanças climáticas, mas sim indicadores sociais amplos que são relevantes para a análise dessas agendas, uma vez que refletem dimensões estruturais como condições de trabalho, inclusão, formalização, renda e vulnerabilidade socioeconômica. Assim, os indicadores sugeridos perpassam a Transição Justa, permitindo avaliar, ainda que de forma indireta, os potenciais impactos sociais associados às transformações produtivas e estratégias de adaptação e mitigação climática no setor.

TABELA 13 – EXEMPLOS DE BASES DE DADOS E INDICADORES SOCIAIS

Bases de dados	Exemplos de indicadores
<u>ODS 5 - IPEA</u>	• Proporção de mulheres em posições gerenciais
<u>ODS 8 - IPEA</u>	• Taxa de informalidade por sexo, setor de atividade e existência de deficiência • Rendimento médio por hora real das pessoas por sexo, setor de atividade e existência de deficiência • Número de crianças envolvidas no trabalho infantil
<u>Atlas Brasil</u>	• Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) • Produto Interno Bruto per capita (PIB) • Taxa de Ocupação/Desocupação (trabalho)
<u>Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC BR)</u>	• População ocupada entre 10 e 17 anos • Ocupação formal das pessoas com 16 anos ou mais de idade
<u>“Lista suja” do trabalho análogo à escravidão</u>	• Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à escravidão
Outros exemplos	• Profissionais (re)qualificados para funções ligadas a atividades produtivas sustentáveis

Fonte: Elaboração própria.

ESTUDO DE CASO – DESENVOLVE SP

Através do documento de Balanço Social, a Desenvolve SP divulga indicadores relacionados a cada dimensão de atuação da instituição. Os indicadores visam apresentar o impacto social e ambiental de suas atividades em relação ao público interno, fornecedores, clientes, comunidade, governo e sociedade, e estão conectados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) ([Desenvolve SP, 2024](#)). Além disso, através de seu Framework de Financiamento Sustentável ([Desenvolve SP, 2022](#)), são descritos indicadores de impactos sociais aplicados aos projetos e linhas de financiamento elegíveis que compõem a carteira da instituição, conforme exemplificado na Tabela 14.

Os indicadores da Desenvolve SP apresentados não foram concebidos especificamente para mensurar a Transição Justa ou os impactos das mudanças climáticas, porém eles capturam dimensões sociais, como geração de emprego, inclusão produtiva, acesso à educação e condições de trabalho, que são diretamente afetadas por processos de transformação produtiva e transição para uma economia de baixo carbono. Nesse sentido, tais indicadores podem ser relevantes para avaliar a contribuição das operações da Desenvolve SP para uma transição mais inclusiva, e permitir identificar oportunidades de aprimoramento.

Uma das prioridades com relação a gestão de desempenho da Desenvolve SP nos próximos anos será a estruturação e padronização de critérios socioambientais que permitam o monitoramento e a mensuração dos impactos gerados por suas operações de crédito ([Desenvolve SP, 2025](#)). Essa estratégia pode ser uma oportunidade para a instituição avançar na incorporação de indicadores específicos relacionados à Transição Justa, incluindo a definição de métricas que permitam avaliar os resultados por setor dos clientes financiados, o que pode contribuir para uma análise mais granular dos impactos sociais e climáticos associados às operações, incluindo a indústria têxtil.

TABELA 14 – EXEMPLOS DE INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS DA DESENVOLVE SP

Exemplos de indicadores	
Indicadores ambientais externos, relacionados às operações da Desenvolve SP e dizem respeito a financiamentos a projetos sustentáveis	- Existência de critérios socioambientais nos processos de análise para concessão de financiamento. (ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico) - Existência de restrições de financiamentos a setores produtivos que sejam social e ecologicamente incorretos. (ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico) - Existência de política de responsabilidade e de risco socioambiental. (ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico)
Balanço Social	

Indicadores sociais internos, relativos às ações internas da Desenvolve SP, que objetivam sua sustentabilidade e contribuir com os ODS específicos

- Recursos investidos em capacitação e desenvolvimento profissional (ODS 4 – Educação de Qualidade)
- Recursos investidos em segurança e medicina do trabalho. (ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico)

Balanço Social

Indicadores de impacto sociais

Framework de Financiamento Sustentável

Educação

- Número de escolas/instituições de ensino apoiadas (#)
- Número de alunos beneficiados (#)

Inclusão financeira de micro e pequenas e médias empresas

- Quantidade de empréstimos (#)
- Montante de empréstimos (\$R)
- Número de postos de trabalho criados/ conservados (#)
- Incremento anual em vendas após aprovação do crédito (\$R)

Infraestrutura pública inclusiva

- População em situação de vulnerabilidade atendida (#)
- Número de equipamentos sociais inclusivos construídos (#)

Fonte: Elaboração própria com base no Balanço Social e Framework de Financiamento Sustentável da Desenvolve SP.



CLIMATE ACTION NETWORK INTERNATIONAL (CAN). *The Belém Action Mechanism for a Global Just Transition (BAM): why and how*. Discussion Paper. [S. l.]: Climate Action Network International, out. 2025. Disponível em: https://climatenetwork.org/wp-content/uploads/2025/10/BAM_DiscussionPaper_20251011-2.pdf

COOPERATION ON FAIR, FREE, EQUITABLE EMPLOYMENT. Modelos de Cláusulas de Códigos de Conduta. Washington: U.S. Department of Labor, 2021. Disponível em: <https://www.dol.gov/sites/dolgov/files/Conrad.Shannon.D%40dol.gov/TOOL-4~2.PDF>

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). Produção da indústria de transformação. Brasília: CNI, 2026. Disponível em: <https://industriabrasileira.portaldaindustria.com.br/grafico/transformacao/producao/#/industria-transformacao>

DE MIGUEL, Carlos; LORENZO, Santiago; ALATORRE, José Eduardo; GÓMEZ, José Javier; FERRER, Jimmy; REZZA, Lucía; FERNÁNDEZ, Ignacio. *Necesidades de financiamiento y objetivos climáticos en América Latina y el Caribe*. Santiago: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2024. (Documentos de Proyectos, LC/TS.2024/47). Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/4c19a9d1-960b-4a53-a5e0-8b97f3aff544/content>

DESENVOLVE SP. Framework de Financiamento Sustentável. São Paulo: Desenvolve SP, 2022. Disponível em: <https://www.desenvolvesp.com.br/wp-content/uploads/2022/10/Framework-DSP-PORT.pdf>

DESENVOLVE SP. Linhas e Produtos. São Paulo: Desenvolve SP, 2024. Disponível em: <https://www.desenvolvesp.com.br/wp-content/uploads/2024/09/LINHAS-E-PRODUTOS.pdf>

DESENVOLVE SP. Lista de Exclusão Socioambiental. São Paulo: Desenvolve SP, 2025. Disponível em: https://www.desenvolvesp.com.br/wp-content/uploads/2025/08/SURIC.F013_FORMULARIO-LISTA-DE-EXCLUSAO-SOCIOAMBIENTAL.pdf

DESENVOLVE SP. Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC). São Paulo: Desenvolve SP, 2026. Disponível em: <https://www.desenvolvesp.com.br/wp-content/uploads/2026/04/PRSAC-Desenvolve-SP.pdf>

DESENVOLVE SP. Relatório de Pilar 3 – Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital. São Paulo: Desenvolve SP, 2025. Disponível em: https://www.desenvolvesp.com.br/wp-content/uploads/2026/03/RELATORIO-DE-PILAR-3-DESCRICAO-DA-ESTRUTURA-DE-GERENCIAMENTO-DE-RISCOS-E-DE-CAPITAL_DEZ-2025.pdf

DESENVOLVE SP. Relatório Anual Integrado 2024. São Paulo: Desenvolve SP, 2025. Disponível em: <https://www.desenvolvesp.com.br/wp-content/uploads/2025/03/Relatorio-Integrado-DSP-2024.pdf>

DESENVOLVE SP. Relatório de Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos (GRSAC). São Paulo: Desenvolve SP, 2024. Disponível em: https://www.desenvolvesp.com.br/wp-content/uploads/2025/05/RELATORIO-GRSAC_DEZ-2024-v.2.pdf

DESENVOLVE SP. Termo de cooperação com a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit). São Paulo: Desenvolve SP, s.d. Disponível em: <https://www.desenvolvesp.com.br/wp-content/uploads/old/page/arquivos/transparencia/1400.pdf>

DESENVOLVE SP. Termo de cooperação com o Sinditêxtil. São Paulo: Desenvolve SP, s.d. Disponível em: <https://www.desenvolvesp.com.br/wp-content/uploads/old/page/arquivos/transparencia/1403.pdf>

EUROPEAN PARLIAMENT. *Fast fashion: EU laws for sustainable textile consumption*. Brussels: European Parliament, 2020. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/topics/en/article/20201208STO93327/fast-fashion-eu-laws-for-sustainable-textile-consumption>

GLOBAL INITIATIVE FOR ECONOMIC, SOCIAL AND CULTURAL RIGHTS (GI-ESCR). *Just Transition Negotiations at COP: How We Arrived and How We Left Belém*. [S. l.], 5 dez. 2025. Disponível em: <https://gi-esecr.org/en/just-transition-negotiations-at-cop>

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO) AND UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME FINANCE INITIATIVE (UNEP FI). *Just Transition Finance: Pathway for Banking and Insurance*. Genebra: ILO & UNEP FI, 2023. Disponível em: [Just-transition-finance_Pathway-for-Banking-and-Insurance.pdf](https://www.ilo.org/public/ed_emp/@emp_ent/documents/publication/wcms_432859.pdf)

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). *Guidelines for a just transition towards environmentally sustainable economies and societies for all*. Switzerland, 2015. Disponível em: https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/@ed_emp/@emp_ent/documents/publication/wcms_432859.pdf

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). *Just transition finance tool for banking and investing activities*. Geneva, 2022. Disponível em: https://www.ilo.org/sites/default/files/2025-01/JUST%20TRANSITION%20FINANCE%20TOOL_NEW.pdf

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). *Textiles, apparel, leather and related products*. Geneva: ILO, 2026. Disponível em: <https://www.ilo.org/topics-and-sectors/industries-and-sectors/textiles-apparel-leather-and-related-products>

INDUSTRIALL EUROPE. *Just transition manifesto for the textile and garment supply chain*. Bruxelas: IndustriAll Europe, 2026. Disponível em: https://www.industriall-europe.eu/documents/upload/2026/2/639062276169938446_en_just_transition_manifesto_for_the_textile_and_garment_supply_chain_1_.pdf

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS 5*. Brasília: IPEA, s.d. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/ods/ods7_card.html

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS 8*. Brasília: IPEA, s.d. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/ods/ods8_card.html

INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION (IFC). *Performance Standards on Environmental and Social Sustainability*. Washington: IFC, 2012. Disponível em: <https://www.ifc.org/content/dam/ifc/doc/2010/2012-ifc-performance-standards-pt.pdf>

INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION (IFC). *Strengthening sustainability in the textile industry*. Washington, DC: International Finance Corporation, 2023. Disponível em: <https://www.ifc.org/content/dam/ifc/doc/2023/strengthening-sustainability-in-the-textile-industry-ifc-2023.pdf>

INTERNATIONAL TRADE UNION CONFEDERATION (ITUC). *Just Transition Manifesto for the Textile and Garment Supply Chain*. Bruxelas: ITUC, 2026. Disponível em: <https://www.industriall-europe.eu>

[eu/documents/upload/2026/2/639062276169938446_en_just_transition_manifesto_for_the_textile_and_garment_supply_chain_1_.pdf](https://europa.eu/documents/upload/2026/2/639062276169938446_en_just_transition_manifesto_for_the_textile_and_garment_supply_chain_1_.pdf)

JEUNON, Claudia; ACCIOLY, Maria; SUCCAR, Pedro. Final study report on the Brazilian textiles sector: main challenges of circularity in Brazil. Hamburgo: GFA Consulting Group GmbH; BVRio, 2022. Projeto Reducing Plastic Waste in the Americas – Ensuring Sustainable Consumption and Production Patterns (CPAP), financiado pela União Europeia. Disponível em: <https://www.bvr.io/wp-content/uploads/2024/01/textile-report.pdf>

MENDES JUNIOR, Biagio de Oliveira. *Têxtil*. Caderno Setorial ETENE, Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, ano 10, n. 388, jun. 2025. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/cse/article/view/3205/2237>.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME FINANCE INITIATIVE (UNEP FI). Financiamiento para la Transición Justa en América Latina y el Caribe. Hoja de ruta para bancos y aseguradoras. Ginebra, 2025. Disponível em: <https://www.unepfi.org/wordpress/wp-content/uploads/2025/11/Financiamiento-para-la-Transicion-Justa-en-America-Latia-y-el-Caribe.pdf>

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE (UNFCCC). Paris Agreement. 2015. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/english_paris_agreement.pdf

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE - KATOWICE COMMITTEE ON IMPACTS (UNFCCC-KCI). Just transition coverage in nationally determined contributions and long-term low-emission development strategies, implementation within key sectors, and tracking its progress. Bonn, 2025. Disponível em: <https://unfccc.int/documents/645834>

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP). *Sustainability and circularity in the textile value chain: a global roadmap*. Paris: United Nations Environment Programme, 2023. Disponível em: <https://wedocs.unep.org/handle/20.500.11822/34184>.



ANEXO 1

49

ARCABOUÇO PARA INCORPORAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DE TRANSIÇÃO JUSTA

Pilar	# Ação	Ação	Detalhamento da ação	Instrumento da regulação prudencial brasileira / instrumentos internos	Referências regulação prudencial
Fundamentos	1	Compreender a Transição Justa e sua materialidade para a instituição financeira	Realizar diagnóstico de sensibilidade da Transição Justa, considerando os princípios de relevância (setores e territórios financiados) e proporcionalidade (complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos) definidos pelo CMN e BCB.	- Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC)	- Resolução CMN 4.945/2021, Art. 2º, § 1º
Fundamentos	2	Assumir o compromisso com a Transição Justa	Adicionar o compromisso com a Transição Justa no conjunto de princípios e diretrizes da PRSAC, alinhando os objetivos estratégicos de desenvolvimento social da IFD com os aspectos da Transição Justa.	- Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC)	- Resolução CMN 4.945/2021, Art. 3º

Fundamentos	3	Desenvolver um plano de ação para operacionalização da Transição Justa	Especificar como a instituição planeja operacionalizar a contribuição para uma Transição Justa nas ações para a efetividade da PRSAC, considerando os diferentes segmentos de clientes e as exposições regionais e setoriais identificadas no diagnóstico de sensibilidade.	- Política de responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC)	- Resolução CMN 4.945/2021, Art. 2º e 4º
Fundamentos	4	Atualizar e alinhar as políticas atuais	Atualizar a PRSAC e buscar coerência e interoperabilidade da atuação da instituição financeira em Transição Justa com outras políticas internas como aprovação de crédito, gestão de riscos e impactos.	- Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC)	- Resolução CMN 4.945/2021, Art. 7º, VII, § 1º
Governança	5	Abordar a Transição Justa nos compromissos do conselho e da alta liderança executiva	Demonstrar o compromisso da alta gestão com a Transição Justa, com atribuições sobre o tema para o diretor responsável pela PRSAC e, opcionalmente, nas instâncias de governança responsáveis pela identificação de oportunidades sociais, ambientais e climáticas.	Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) - Tabela OPO GRSAC	- Resolução CMN 4.945/2021, Art. 5º - Resolução BCB nº 139/2021 - Instrução Normativa BCB nº 153/2021 - Tabela OPO, item a)
Governança	6	Definir papéis e responsabilidades claros	Inserir responsabilidades claras e linhas de reporte relativas à Transição Justa, envolvendo os níveis de governança previstos na PRSAC e no GRSAC, incluindo diretoria executiva, comitês de assessoramento e instâncias de supervisão do conselho de administração. As responsabilidades para Transição Justa devem ser refletidas nas descrições de cargos, avaliações e mecanismos de remuneração variável, conforme aplicável.	- Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) - Tabela GVR da GRSAC - Organograma da instituição financeira Descrição de cargos, papéis e responsabilidades	- Resolução CMN 4.945/2021, Art. 5º - Resolução BCB nº 139/2021 - Instrução Normativa BCB nº 153/2021 - Tabela GVR
Governança	7	Desenvolver capacidades dentro da instituição financeira	Assegurar recursos orçamentários e técnicos adequados, promovendo capacitação contínua das equipes em Transição Justa,	- Programa de capacitação de colaboradores da instituição financeira	

			com inclusão do tema no currículo dos treinamentos. Quando necessário, a instituição pode recorrer a especialistas externos para o fortalecimento de competências internas e disseminação de boas práticas.	(por exemplo, Universidade Corporativa)
Negócios	8	Desenvolver arcabouço/framework para captação de recursos financeiros para a Transição Justa	Criar ou adaptar arcabouço robusto que defina diretrizes, critérios e mecanismos para captar recursos financeiros destinados a projetos e atividades que promovam uma Transição Justa.	- Framework de captação de recursos sustentáveis da instituição financeira
Negócios	9	Engajar com investidores e atores c sistema financeiro par a Transição Justa	Engajar com investidores e atores do sistema financeiro (bancos multilaterais, fundos) para captar recursos com condições financeiras (prazo, juros, carência) adequadas para a Transição Justa.	- Framework de captação de recursos sustentáveis da instituição financeira
Negócios	10	Avaliar oportunidades relacionadas à Transição Justa	Realizar mapeamento contínuo para identificar oportunidades de financiamento da Transição Justa, levando em consideração as necessidades de financiamento para mitigação, adaptação e emergências climáticas, alinhadas à sensibilidade da carteira (ação 1), e às fontes de recursos disponíveis (ação 9).	
Negócios	11	Desenvolver ou adequar produtos e serviços financeiros para a Transição Justa	Criar ou adaptar produtos e serviços financeiros (como linhas de crédito, garantias, capital concessional, entre outros) direcionados para o financiamento da Transição Justa, especificando critérios de elegibilidade (regiões, setores e grupos alvos) e condições adequadas (taxas, carência, prazo, garantias especiais e assistência técnica). Adequar produtos e serviços já existentes para inserir a lente da Transição Justa.	- Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) - Resolução CMN 4.945/2021, Art. 10º, III, b - a relação de produtos e serviços oferecidos pela instituição que contribuam positivamente em aspectos de natureza social, de natureza ambiental ou de natureza climática

Negócios	12	Elaborar abordagem comercial adequada para a oferta de produtos e serviços financeiros para a Transição Justa	Estruturar uma abordagem comercial que assegure que os produtos e serviços para a Transição Justa sejam distribuídos com condições acessíveis, focados nos setores prioritários e atendendo aos grupos alvo, evitando impactos desproporcionais entre diferentes segmentos de clientes. Garantir que a comunicação e o posicionamento comercial reforcem transparência, inclusão e suporte durante a transição, com ajustes em canais conforme as necessidades identificadas.	- Plataformas e ferramentas de cadastro com informações do cliente da instituição financeira, por exemplo KYC (Know Your Client)
	13	Refletir os aspectos de Transição Justa no processo de análise e diligência	Expandir os modelos de avaliação de risco social, ambiental e climático e os instrumentos de due diligence (por exemplo, questionários, formulários e visitas) para incorporar salvaguardas relevantes para a Transição Justa (por exemplo, mecanismos de queixa para comunidades afetadas). Coletar dados, identificar questões-chave e avaliar a capacidade e disposição do cliente para lidar com riscos da Transição Justa. Refletir elementos da Transição Justa nos sistemas internos de pontuação de risco e nos preços de aprovação de transações para incorporar informações na tomada de decisão.	- Gerenciamento integrado de riscos SAC (Res. CMN 4.943/2021) - Resolução CMN 4.943/2021, Art. 6º, IX, § 1º O gerenciamento de riscos deve ser integrado, possibilitando a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre os riscos mencionados no caput
Negócios	14	Acrescentar ou ajustar cláusulas contratuais e acordos de empréstimo para a Transição Justa	Desenvolver cláusulas para contratos de produtos e serviços financeiros que cubram aspectos da Transição Justa, considerando a materialidade e o porte da operação.	- Contrato de produtos e serviços financeiros
Negócios	15	Monitorar aspectos da Transição Justa no nível de cliente e de operação	Coletar e monitorar dados no nível de cliente e operação para avaliar a exposição a fatores de risco social, ambiental e	- Documento de Riscos Ambientais, Sociais e Climáticos - Resolução BCB nº 139/2021 - Instrução Normativa BCB nº 153/2021

			climático relacionados à Transição Justa, integrando essas informações aos sistemas de gerenciamento de riscos monitoramento de impacto. Também podem ser mensurados e registrados os impactos positivos decorrentes das atividades apoiadas, especialmente aquelas que promovem inclusão social, geração de emprego e outros indicadores sociais.	(DRSAC) - Relatório de Riscos Ambientais, Sociais e Climáticos (GRSAC)	Resolução BCB no 151/2021 - Instrução Normativa BCB nº 222/2021
Negócios	16	Monitorar aspectos da Transição Justa no nível de portfólio	Agregar os resultados e indicadores de Transição Justa monitorados no nível de cliente e operação (ação 16) e reportar às instâncias de governança (conselho de administração, diretoria e comitês de risco), promovendo a integração entre gestão de risco, estratégia e política institucional.	- Documento de Riscos Ambientais Sociais e Climáticos (DRSAC) - Relatório de Riscos Ambientais, Sociais e Climáticos (GRSAC)	- Resolução BCB no 139/2021 Instrução Normativa BCB nº 153/2021 Resolução BCB nº 151/2021 Instrução Normativa BCB nº 222/2021
Engajamento	17	Consultar e engajar com as partes interessadas sobre a Transição Justa	Manter diálogo contínuo com partes interessadas como comunidades, empresas, sindicatos e sociedade civil, para identificar riscos e oportunidades da transição para uma economia de baixo carbono e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. As contribuições desse engajamento devem orientar a implementação da PRSAC, garantindo que as decisões estratégicas e financeiras incorporem perspectivas sociais e territoriais e promovam uma Transição Justa.	- Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC)	Resolução CMN 4.945/2021, Art. 30, § 10, V - partes interessadas: a) os clientes e usuários dos produtos e serviços da instituição; b) a comunidade interna à instituição; c) os fornecedores e os prestadores de serviços terceirizados relevantes da instituição; d) os investidores em títulos ou valores mobiliários emitidos pela instituição; e e) as demais pessoas impactadas pelos produtos, serviços, atividades e processos da instituição, segundo critérios por ela definidos.

Engajamento**18**

Promover e defender a Transição Justa a partir de parcerias

Mobilizar parcerias estratégicas para apoiar o desenvolvimento de projetos alinhados à Transição Justa e iniciativas de financiamento baseadas no território em que as IFs atuam. Articular-se com pares e demais instituições do sistema financeiro, grupos da indústria e provedores de serviços com influência na cadeia de investimento (como consultores de investimento, provedores de dados e pesquisa) para defender o reconhecimento da Transição Justa e catalisar ações do setor.

Monitoramento e Reporte**19**

Reportar métricas de Transição Justa institucionais e do portfólio externamente

Integrar os aspectos, ações, produtos, serviços e resultados relacionados à Transição Justa nas seções já existentes sobre sustentabilidade e clima dos relatórios anuais, de sustentabilidade e/ou outros reportes externos. A abordagem deve evidenciar como os temas de Transição Justa se conectam de forma transversal aos aspectos ambientais, sociais e climáticos, demonstrando sua integração ao modelo de negócio e aos reportes obrigatórios, incluindo GRSAC e DRSAC.

- Documento de Riscos Ambientais, Sociais e Climáticos (DRSAC)
- Relatório de Riscos Ambientais, Sociais e Climáticos (GRSAC)

- Resolução BCB nº 139/2021
- Instrução Normativa BCB nº 153/2021
- Resolução BCB nº 151/2021
- Instrução Normativa BCB nº 222/2021



Brasília, setembro de 2026

